



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

8ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA
E OS IMPACTOS CAUSADOS NA VIDA DOS TRABALHADORES E
TRABALHADORAS BENEFICIÁRIOS DO INSTITUTO NACIONAL DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL – INSS

Em: 05.04.2019

INÍCIO: 09h37min

PRESIDENTE: SR. LAZINHO DA FETAGRO

SR. ADAILTON FÚRIA

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – Bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Requerimentos dos Senhores Deputados Estaduais Lazinho da Fetagro e Adailton Fúria, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública para tratar sobre as mudanças propostas na Reforma da Previdência e os impactos causados na vida dos trabalhadores e trabalhadoras beneficiários do Instituto Nacional da Previdência Social – INSS.

Nesta oportunidade, convidamos as nossas autoridades para que, por gentileza, componham a nossa Mesa de honra.

Convidamos Excelentíssimo Senhor Deputado Lazinho da Fetagro, proponente desta Audiência Pública; Excelentíssimo Senhor Deputado Adailton Fúria, proponente desta Audiência Pública; Senhor Aristides Veras Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG; Dra. Karoline Fernandes, representando a Escola Superior de Advocacia; Senhor Juscelino Durgo, Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho; Senhora Alessandra Lunas, Presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura de Rondônia - FETAGRO; Senhor Dr. Nereu José Klosinski, Presidente da CUT; Senhor Adriel Pedroso dos Reis, representando o Tribunal de Contas; Dr. Sérgio Muniz Neves, representando a Defensoria Pública do Estado.

Senhoras e senhores, nas cadeiras, em reservado, nós fazemos menção ao senhor Júnior César Dias, Mestre em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia, Economista do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, Membro Titular do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, é pesquisador na área de Economia Social e do Trabalho do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, Sr. Júnior César Dias. Seja muito bem-vindo.

Registramos e agradecemos a presença da Dra. Lélia de Oliveira, advogada, pós-graduada em Direito Previdenciário, Presidente da Comissão Especial de Direito Previdenciário da OAB - RO e Membro do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário - OAB/RO, as nossas boas-vindas.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para tratar sobre as mudanças propostas na Reforma da Previdência e os impactos causados na vida dos trabalhadores e trabalhadoras beneficiárias do Instituto Nacional de Previdência Social - INSS. Bom dia a todos.

O SR. RONI FREITAS SILVA (Mestre de Cerimônias) - Pedimos, por gentileza, àqueles que puderem, para que se coloquem de pé. Neste momento, ouviremos o Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional)

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) - Registramos e agradecemos a presença, nesta oportunidade, do senhor Padre Ton, Presidente do Partido dos Trabalhadores, ex-deputado federal, ex-prefeito, que muito nos honra com a presença. Senhor Anselmo de Jesus, ex-deputado federal, também os nossos cumprimentos. Emílio Márcio, Conselheiro do IPERON, também nos honra com a presença. Senhor André Oliveira, Chefe de Gabinete da Deputada Estadual Cassia Muleta, o nosso registro de muito obrigado. Senhora Valdenice Domingos, Vice-Prefeita do Município de Campo Novo de Rondônia. Vereador Marcelo, Presidente da Câmara de Buritis. Senhora Márcia do Novo Plano, Vereadora do Município de Chupinguaia. Senhora Dra. Raquel, Vereadora do Município de Chupinguaia. Senhora Vereadora Márcia do Novo Plano, nós já registramos, nosso muito obrigado. Senhora Zélia Maria, da Câmara do Município

de Ministro Andreazza. Vereador Ademir Pereira, do Município de Ministro Andreazza. Vereadora Eranides Pereira, de Governador Jorge Teixeira. Vereador João Matias, o Matias do Sindicato do Município de Jaru. Senhor Vereador Joel, Professor Joel, da Câmara Municipal de Espigão d'Oeste. Nossa querida Cláudia de Jesus, Vereadora do Município de Ji-Paraná; ao seu lado, senhor Edmilson Vieira, Vereador de Ji-Paraná. Senhores Vereadores Diogo Padilha, Carlos Araújo, do Município de Novo Horizonte do Oeste. Senhor André do Sindicato, Vereador de Nova Mamoré. Ida Fernandes, Vereadora de Ji-Paraná, os nossos cumprimentos. Capitão Policial Militar Deivisson Bispo, que representa nesta oportunidade a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Rondônia, a SESDEC. Dr. Webesgton José Gil de Farias, membro da Comissão Especial de Direito Previdenciário. Senhor André Oliveira, Chefe de gabinete da Deputada Cassia, já foi mencionado, mais uma vez o nosso muito obrigado pela presença. Senhora Luciene Barbosa, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova União, as nossas boas-vindas. Ivan Furtado de Oliveira, Presidente do IPAM, que representa nesta oportunidade a Prefeitura do Município de Porto Velho, o nosso muito obrigado. Senhor Gilberto Vigiato, que representa a Secretaria de Estado de Assistência Social, Senhor Gilberto, as nossas boas-vindas. Vereadora Todinha, que representa a Câmara do Município de Presidente Médici, Vereadora Todinha, o nosso muito obrigado pela presença. Senhor José Pinheiro, Presidente do Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do ramo financeiro do Estado de Rondônia. Senhora Simone Lima, Presidente do Sindicato dos Servidores da FIOCRUZ do Município de Porto Velho. Senhora Adriana Afonso Coelho, Auditora Fiscal do Trabalho, as nossas boas-vindas. Senhora Mara Valverde, Vice-Presidente do SINDLER; Nailor Gato, Presidente do SINDUR, também está conosco;

Senhor Denes Cleit, Presidente da Associação de Produtores Rurais - AMARJUMAC. Senhora Célia Tico, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porto Velho, as nossas boas- vindas. Senhor Wellington Almeida, Presidente da Força Sindical de Jaru, também nos honra com a presença. Senhor Cleiton dos Santos, Presidente da Federação dos Bancários Centro-Norte, as nossas boas-vindas. Senhor Ednaldo Ferreira, Diretor Jurídico do Sindsaúde, também está conosco. Senhor Mauro Bianchini, Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais - SINDAFISCO, também nos honra com a presença. Senhor Domingos dos Santos, que representa o 3º Setor do município de Espigão d'Oeste. Senhor Eider Bonfim, Presidente dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Município de Seringueiras, as nossas boas-vindas. Registramos, agradecemos a presença dos membros do Sindicato dos trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia, o SINTERO. Senhora Tereza Freitas, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, os nossos cumprimentos. Senhoras e Senhores que nos visitam, membros de todos os Sindicatos a nossa reverência e muito obrigado pela presença de todos os senhores.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Novamente companheiros e companheiras, um bom dia a cada um e a cada uma; agradecer especialmente a vocês por terem vindo, por assumir conosco, eu e o Deputado Fúria e esta Casa, a Assembleia Legislativa, os desafios de sensibilizar as autoridades federais; Deputados e Senadores com relação a Reforma da Previdência, poder se inteirar de todos os problemas e de todas as vantagens propostas nesta Reforma. Então, a partir de hoje cada um e cada uma que estão aqui, que vieram, lideranças de todo o Estado, de Vilhena a Guajará-Mirim, terão a responsabilidade não só desta Mesa e

nem desses dois Deputados, mas, de assumir conosco o trabalho de sensibilizar a nossa bancada. Quero cumprimentar aqui a nossa Mesa posta e passar, depois eu faço os cumprimentos; mas, eu quero passar já direto ao meu amigo, jovem Deputado Fúria, eu conheço, eu gosto de falar Fúria, que mostra que o cabra é bravo assim, Fúria; no fundo, no fundo, não é "tchutchuca"; lembrando da fala lá em Brasília, deu confusão danada, o povo não entende essas coisas ficam nervoso à toa por causa de tigrão, tchutchuca, aí o cabra fica nervoso à toa. Mas, passar para o Adailton poder cumprimentar e fazer as suas considerações iniciais, depois eu vou explicar toda a dinâmica que nós pretendemos fazer com a Audiência Pública. Está bem.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Bom dia pessoal! Primeiramente cumprimentar cada um dos senhores que saíram dos quatro cantos do Estado de Rondônia, muitos de ônibus, outros de carro próprio, mas, sabemos das dificuldades das nossas estradas, mas, estão aqui hoje, para discutir e ter a oportunidade de colocar o ponto de vista e conhecer um pouco dessa Reforma da Previdência que está sendo proposta. É o meio que nós temos hoje de mostrar para a nossa Bancada Federal, que nós estamos vivos, que o Estado de Rondônia, que nós rondonienses estamos vivos e com o olhar atento ao voto de cada parlamentar desse Estado. Cumprimentar a nossa Mesa aqui presente que irá nos esclarecer alguns pontos que é voltada a parte técnica, e eu acredito que nós iremos sair daqui conhecedores, ter um conhecimento mais profundo sobre a matéria da reforma. Obrigado a cada um de vocês mais uma vez, está aqui o nosso amigo Deputado Lazinho, que é uma pessoa que eu admiro muito o trabalho do Deputado Lazinho aqui na Casa, aprendi a gostar do Deputado Lazinho, de uns dias para cá, viu gente, eu não era muito fã do

Deputado Lazinho não, porque eu não o conhecia, na verdade eu não conhecia o Deputado Lazinho, agora eu estou conhecendo o trabalho do homem, eu estou ficando fã dele. E vou dizer uma coisa para vocês, se eu não for candidato a Deputado Estadual na próxima eleição, ele tem o meu voto viu, obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Já deu para entender porque o cabra está aqui não é? Já deu para entender, não é? Obrigado meu companheiro, a juventude faz a gente se renovar. Nós já estamos completando os 60, e desses 60, no mínimo 35, não é Aristides, é de luta, e aí a gente vê a juventude renovada, com a cabeça nova, com cabeça boa, porque também tem juventude que ocupa esse espaço que dá vontade de... Mas, o Deputado Fúria, veio para cá, para contribuir conosco, com certeza, foi um grande vereador, eu tenho certeza que lá em Cacoal, muitos já me falaram disso, e eu tenho certeza que foi e será um grande Deputado. Cumprimentar aqui o meu amigo Aristides, pernambucano arretado, Presidente da CONTAG, que é a nossa Confederação de Brasília, que reúne hoje mais de quatro mil sindicatos, as 27 federações e que trata dos temas da agricultura familiar, dos ribeirinhos, do trabalhador empregado rural, enfim, Aristides, hoje preside a nossa Confederação. A Dra. Karoline, representando aqui a Escola Superior de Advocacia - ESA, muito prazer em conhecê-la; também uma jovem bonita, não feia igual ao Deputado Fúria, mas, bonita, a gente tem que enfatizar isso, obrigado, muito obrigado Dra., pela senhora contribuir conosco. A senhora Alessandra Lunas, a nossa Presidente da FETAGRO, muita gente, Alessandra, ainda pergunta o que é FETAGRO. Aí eu costumo dizer, é a Federação das menores do Brasil, e das mais encenqueiras que tem no Brasil, Federação dos

Trabalhadores na Agricultura. Elegeu um Deputado Federal, por três mandatos, elegeu um Estadual e reelegeu por dois mandatos, e na próxima o bicho pega não é? O Senhor Juscelino Durgo, Auditor Fiscal, cadê o Juscelino? Isso Doutor, muito obrigado por ter vindo nos ajudar, porque aqui, nós queremos clarear as ideias. Senhor Nereu, Senhor Doutor, está aqui senhor Doutor Nereu Klosinski, para quem não conhece é só Presidente da CUT, a Central Única, a maior central da América Latina de trabalhadores, só isso; Senhor Adriel Pedroso dos Reis, representando o Tribunal de Contas. Dr. Sérgio Muniz Neves, representando aqui a Defensoria Pública, muito obrigado Doutor. Cumprimento a todos os Vereadores, Vereadoras presentes, não vou citar nomes porque se não eu vou acabar arrumando confusão, Vice-Prefeitos, e Prefeitos que estão presente aqui, importante tê-los aqui, porque vocês que são os parlamentares mirins como chama, que não é muito diferente de nós Deputados, vocês poderão contribuir com esse debate lá em cada município, alguns municípios já têm feito isso, convocando, ontem, anteontem, em Andrezza, não é? Teve. Vereador Ademir, e Vereadora Zélia, estão ali, teve Audiência Pública para debater a Reforma da Previdência, lá em Ministro Andreazza. Nós já tivemos em Rolim de Moura, nós já tivemos em vários municípios. Mas, eu quero sugerir desde já, e podem contar comigo e com o Deputado Fúria, dependendo de como fazer o calendário direitinho, nós queremos que vocês façam isso em todos os municípios. Porque, nós precisamos sensibilizar a nossa Bancada Federal, e vocês se posicionando, não estou dizendo que tem que ser todo mundo a favor, mas, se posicionando de preferência quem não for a favor a gente manda..., mas, a gente respeita. Mas, se posicionando porque, o Deputado Federal, e o Senador, e assim como é o Deputado Estadual, quando vai para a campanha, ele conta muito com os

vereadores, viu Todinha. E quando o deputado federal contraria a ideia dos vereadores, não é bom para eles na época da campanha. Eu lembro muito bem que na época do impeachment, muitos Deputados, inclusive, aqui do nosso Estado, colocou uma enquete na internet, no face: "como é que eu voto? Aí, depois, na hora de votar, o cara falou: "80% do meu Estado pediu para eu votar assim". Gostaria que eles fizessem a mesma coisa agora, não é? Nós já temos posicionamentos, aqui nós vamos ter hoje ainda deputado federal, mas, ainda temos a bancada que tem dúvida ainda com relação a isso. Então, muito obrigado.

Por último, eu quero assim, rapidamente. Olha, como é que nós vamos fazer, e eu peço a compreensão da Mesa. Como é uma Audiência Pública, nós queremos ouvir o público. A Mesa vai contribuir. Nós temos duas apresentações que serão chamadas agora pelo nosso Cerimonial, para fazerem essas apresentações sobre o tema. Depois nós vamos abrir inscrições para o público presente. Aí, de preferência, por categoria. Nós temos aqui, Nailor, vários Sindicatos. Então, a nossa assessoria já pode, levanta a mão aí, o Nailor levanta a mão, vai lá, tomam nota e coloca a categoria que representa. Para a gente ouvir primeiro as categorias, num total de 10, todas as categorias nós queremos ouvir. E depois a gente vai abrir algumas poucas inscrições aleatórias, porque senão a gente acaba passando o dia todo aqui, falando a mesma coisa.

Gostaria que pudesse botar aqui as 400 pessoas que estão aqui dentro, para falar. Mas aí nós teríamos que fazer uma Audiência aqui de 10 dias. Não ia terminar. O importante é a presença de cada um e de cada uma. Por último, aí sim, a Mesa vai se posicionar, a Mesa vai apresentar, cada um vai apresentar suas ideias. Respeitamos ideias diversas, porque nós queremos nos inteirar dos prós

e contras da Reforma da Previdência. Ok, companheirada? Firme? Então vamos lá, passando ao nosso Mestre de Cerimônias para convidar os nossos palestrantes.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) - Primeiramente, nós queremos registrar a presença da senhora Leonice Hendges, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Espigão d'Oeste. Senhora Denilce Matos, Gerente de Recursos Humanos, que representa a SEDUC, nesta oportunidade. Gislaine Caldeira, Presidente do SINJUR, os nossos cumprimentos. Senhor Marcílio de Souza, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Guaporé, as nossas boas-vindas. Senhor Nilson Vieira, Gerente de RH da SEDUC, também está conosco. Senhor Anderson Modesto, que representa o CEB/Rondônia. Senhor Magno Barbosa, Secretário Geral do STICCERO, que representa a construção civil do Estado de Rondônia.

Senhoras e senhores, primeiramente a Dra. Lélia de Oliveira, da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RO, fará a sua palestra de 15 minutos e, em seguida, o Dr. Júnior César Dias, do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE.

Recebemos, com uma forte salva de palmas, Dra. Lélia de Oliveira, da Ordem dos Advogados do Brasil

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Só uma correção, é Marcília. Senhora Marcília, Presidente do Sindicato de São Miguel.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) -
Está feita a correção, e o nosso carinho e respeito.

A SRA. LÉLIA DE OLIVEIRA - Bom dia a todos. Bom, na
pessoa do Deputado Lazinho e do Deputado Fúria eu
cumprimento todas as autoridades aqui presentes e, em nome
do Dr. Elton Assis, Presidente da Ordem dos Advogados
Seccional/RO, eu agradeço a esta Casa pela oportunidade da
OAB estar aqui contribuindo com este debate tão importante,
que é a Reforma da Previdência.

Mas, já sem se delongar, já entrando no tema, que eu
sei que o pessoal está aqui ansioso, eu gostaria de
convocar todos a fazer uma reflexão. Uma reflexão sobre o
ideal de vida. O ideal de vida é que a gente mantenha o
máximo possível, o vigor da juventude, que a gente trabalhe
sem nunca ficar doente, com excelentes condições de
trabalho, com uma excelente remuneração. O ideal não é
esse? Mas, infelizmente, a realidade é que a idade avançada
chega para todos nós. E enquanto estivermos vivos, nós
estamos sujeitos a fatalidades, que podem nos impedir de
exercer o nosso trabalho, seja parcialmente ou totalmente.
E é com base nessa realidade, nessa dura realidade, que se
forma toda ideia de Previdência. Vejam que eu estou
querendo aqui, colocar para vocês a importância de vocês
compreenderem o que é o conceito de Previdência na vida de
cada um. Então, a Previdência é pautada nessa ideia de dar
um aporte, dar um aporte financeiro àquele que está sem
condições de exercer o seu labor e manter a sua qualidade
de vida. No Brasil, o nosso sistema de Previdência, ele não
está sozinho, desde 1988, ele vem atrelado a um complexo
que a gente chama de Seguridade Social. Essa Seguridade
Social, ela caminha junto, tem entre dentro desse bojo, a
Previdência, a Assistência e a Saúde.

Então, quando a gente fala que o Estado está preocupado com a qualidade de vida de cada um aqui, a gente fala que o Estado está preocupado com: dar aporte financeiro quando você não pode trabalhar, se você ficar doente ter um serviço de saúde, e se por qualquer razão você tiver chegado num estágio da sua vida, em que você se encontra miserável, e desculpa o termo, mas, a legislação traz esse termo, então a Assistência vem lhe dá um suporte, uma ajuda. Dentro desse sistema, ele precisa, obviamente, de um custeio. Quem contribui para esse custeio não é só o Estado, os trabalhadores contribuem, as empresas contribuem, os entes empregadores contribuem. E cada vez que você faz uma compra, que você joga na mega-sena você também contribui. Então, a contribuição Previdenciária, está atrelada em diversos pontos. Mas, é claro que a gestão financeira desses recursos, a expectativa de vida com o seu aumento, a melhoria de condições de trabalho em diversos setores e até mesmo, a melhora e as perspectivas dos serviços de Saúde, das descobertas das ciências da Saúde, modificam esses parâmetros. E aí a gente precisa rever todo o nosso sistema Previdenciário, para manter a noção de justiça social. Eu preciso manter a justiça social, eu preciso manter esse equilíbrio, para que eu não cometa dois tipos de equívocos. Um, por exemplo: que eu dê benefícios para quem não precisa. E outro de outra via, para que eu não obrigue pessoas que estão sem condições de trabalhar a ter que ficarem trabalhando numa situação desumana. Então, eu preciso sempre estar revendo esse equilíbrio.

Agora, aqui, eu vou abrir um parêntese, e pedir licença para não entrar na questão do déficit. Porque ter ou não déficit é um assunto que dá muito pano para manga. Mas, eu vou deixar aqui, realmente, a minha sincera opinião. Não acreditem nas propagandas editadas, no que é vinculado nas emissoras de uma forma muito superficial. O

que os senhores estão fazendo aqui é superimportante. Mantenham-se assim, busquem notícias e informações, estudos concretos nos sites técnicos das entidades técnicas, e façam exatamente isso, assistam a íntegra das sessões, como da TV Senado, por exemplo, e tirem as suas próprias conclusões. Mas, fechando esse parêntese, vamos voltar lá para a questão de necessidade da Reforma da Previdência, que ela precisa existir, e, é nesse contexto que entra a Proposta Emenda Constitucional 06/2019, a nossa PEC 06, para de falar de uma forma imparcial. Mas, realmente, como tem sido chamada, como a 'PEC da Morte', que o colega ele colocou, e diversos outros nomes aí. Essa PEC, ela vem mudar toda essa ideia, toda essa estrutura, que eu coloquei aqui para vocês. Ela vem mexer no sistema de repartição, coloca um sistema de contribuição, ela eleva os valores que a gente paga, ela torna muito mais dura os requisitos para a gente poder conseguir ter benefícios. E mais, quando ela vai te devolver, ela te devolve valores menores ou talvez até incertos, dependendo de como for à capitalização. É bem gravoso. Então, o que a gente pensa é o seguinte: bom, se eu vou fazer uma reforma que vai garantir o futuro, ainda que, de repente, ela seja gravosa, se o meu futuro estiver garantido, então é necessário, é bom. A ideia, talvez, seja essa, a gente reforma para a casa melhorar não para casa piorar. Mas, infelizmente, não é essa expectativa. Por que quê não é essa expectativa de melhora, mesmo com aprovação da PEC? É por que a PEC traz uma coisa, que é tecnicamente chamada de desconstitucionalização das normas previdenciárias. O que significa que ela vai tirar da Constituição toda proteção que ela dá para a gente e vai jogar para aprovação de Lei Complementar, para disciplinarização pela Lei Complementar. Pela Lei Complementar, significa que, os governantes fazem, praticamente, de uma forma grosseira, o que querem, quando

querem, de um jeito muito mais fácil. Isso é extremamente gravoso. E, quando a gente fala disso, geralmente, o pessoal mais técnico, também, fala: "não, mas levar essas questões ao Poder Judiciário, isso não pode passar". Mas, acontece que a PEC, espertamente, também traz um artigo específico, que veda ao Poder Judiciário, majorar, criar ou estender benefícios que, não tenham previamente a total fonte de custeio. O que é que significa isso na prática? Significa que mesmo que o Juiz veja que você está diante de uma injustiça, ele não vai conseguir lhe amparar com base em analogias ou isonomia, por exemplo. Veja que quem trata de servidor público tem diversas ações aqui, buscando esse parâmetro e isso tudo vai por terra.

Então, a única coisa que eu consigo definir da PEC, entre tantos pontos, é que ela me dá um cenário de futuro totalmente incerto, totalmente escuro, totalmente instável. Isso significa que, o que eu consigo definir de parâmetro são basicamente três coisas: que eu vou pagar mais, que eu vou ter mais dificuldade para conseguir benefício e se eu conseguir, eu vou ter um retorno menor.

Eu vou repetir e vou insistir: eu pago mais, tenho mais dificuldade de conseguir benefício e se conseguir, eu tenho retorno menor. Concordam comigo que esse projeto não tem qualquer lógica social? E sim uma lógica totalmente econômica, um viés totalmente econômico.

Mas, então, estamos aqui para discutir tecnicamente, a contribuição política vai ficar para os meus colegas. E eu quero chamar vocês a aprofundar aqui comigo, para vocês visualizarem um pouco de como tudo isso vai afetar diretamente na vida de vocês. Peço auxílio para passar os slides. Eu vou falando agora dos benefícios e vou dando uma visão.

Eu tentei fazer uma tabela aqui para conseguir lembrar de tudo e esse hebraico que está escrito aqui, eu vou tentar traduzir um pouquinho. Bom, ali nós temos uma primeira coluna de benefício, ninguém disse que Previdência era fácil, gente!

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Isso é para mostrar que nós estamos confusos mesmo.

A SRA. LÉLIA DE OLIVEIRA - Eu tenho ali uma primeira coluna de benefícios, eu tenho uma coluna de hoje, como é a legislação vigente, tem uma coluna de regras de transição e tenho uma coluna de disposições transitórias e a da Lei Complementar. Vejam que a gente vai saltar da coluna de hoje para, necessariamente, a coluna de Lei Complementar. Mas, como eu não sei quando essa Lei Complementar vai vir, nem o que ela vai dispor, a própria PEC traz nesse meio do caminho, regras provisórias. Que na verdade, essas regras provisórias seria o seguinte: enquanto não tem Lei Complementar, a regra que fica definida é essa, mas, para o pessoal que já está trabalhando e que está próximo de contribuir, eu ainda vou definir as regras de transição. Vejam a falta de técnica do texto normativo, que até os nomes se confundem, não é? "Regras de Transição" e "Disposições Transitórias", não ajuda também, mas, é isso.

Então, Disposições Transitórias é como vai ficar no final, e Regras de Transição seriam aplicadas às pessoas que já estão no sistema e que estão próximas de alcançar, são aquelas que ficaram no meio do caminho, nem completaram as regras antigas, mas, nem completaram as regras atuais.

Então, vamos começar falando da aposentadoria por tempo de contribuição. Aposentadoria por tempo de contribuição não prevê idade, não vê limite de idade. Esse tipo de aposentadoria, tanto para os trabalhadores urbanos, quanto para os professores, será extinta definitivamente de todos os sistemas. Isso já é um comportamento global, todos os sistemas previdenciários prevêem uma idade, o que a gente discute muito é: que idade? É preciso ter um estudo técnico de por que 62? Por que 65? A idade da Previdência, o limite para se trabalhar com saúde não pode ser definida num jogo de bingo, onde o legislador sorteia um número e diz, 'é esse o número'. Precisa haver um estudo técnico desse impacto. Então, o tempo de contribuição, na regra atual, nós não temos nenhum limite. Você pode se aposentar com qualquer ano, desde que o tempo de contribuição seja no mínimo 30 anos para mulher e 35 para homem. Ali tem um cifrãozinho de dinheiro é que para identificar para vocês que nessa regra de hoje, o valor do cálculo é feito, eu vou falar um nome bem estranho, mas, depois a gente vai desenhando ele melhor. É a média aritmética simples dos 80 maiores por cento de contribuições, isso com incidência do fator previdenciário. Significa: faço o cálculo, apuro o valor; depois que apurar o valor, eu ainda jogo um valor que vai causar o deságio desse resultado. Tudo bem? E para quem está nesse caminho, aí tanto dos urbanos quanto dos professores, eles têm as três regras de transição. As Regras de Transição são para os poucos, a nossa queridinha, que o pessoal já conhece, a 86/96. E a 86/96 não é estática, ela vai evoluindo. Então, a gente tem aí, por exemplo, na geral, uma evolução de 86/96 em 2019 e vou precisar somar até 2033, 100 anos para a mulher e 105 anos para o homem. “- Lélia, cheguei em 2033 e não alcancei 100 pontos. Sou mulher e não alcancei 100 pontos”. Está na regra geral. Significa que vai passar para a regra de

idade, porque o tempo de contribuição não existe mais. E aí se eu conseguir, ou fechei os 100 anos, por exemplo, eu sou mulher fechei os 100 anos, quanto que eu vou receber? Eu preciso dá dessa visão de regra e valor porque eu brinco que em escritório de advocacia a consulta inicial é como vidente, a gente já sabe as duas primeiras perguntas que o cliente faz. A primeira é: "Doutora, posso me aposentar"? E a segunda é: "Doutora, quanto que eu vou receber". Então eu preciso dar essa visão aí.

Vejam que o valor não tem uma regra de transição em relação ao valor, à gente já sai da forma antiga para a fórmula nova. A fórmula nova é mais difícil de ser desenhada ainda. Ela é o resultado de 60% mais 2% a cada ano que ultrapassar 20 anos de contribuição, da média aritmética simples de todo o período contributivo. E aqui vou chamar a atenção para a primeira diferenciação. Vejam que na regra de hoje eu uso só os 80% maiores, eu descarto os 20% menores, isso faz com que o meu resultado seja melhor; quando eu jogo os valores de início de carreira ou alguns trabalhos em que eu recebi menos para sobreviver, eu jogo o valor da minha aposentadoria lá embaixo e isso me dá ainda; ainda apurando isso, eu vou ter só 60% mais 2% para cada ano que ultrapasse 20 anos. Isso significa o quê, Lélia, eu não entendi nada? Significa que se você quiser receber 100%, você precisa trabalhar 40 anos, a legislação vai te permitir se aposentar com 20 anos de tempo de contribuição desde que você receba apenas 60%, tudo bem?

Para professores. Ainda nas regras de transição eu tenho de pontos que é a nossa "queridinha", vou ter a de idade também, em que eu vou partir sempre de 56, idade para mulher e 61 para homem em 2019, e aí a cada tempo, fração de tempo essa idade vai evoluindo até alcançar 62 para mulher e 65 para o homem em 2031. A fórmula de cálculo da mesma forma.

E a nossa terceira regra de transição, a gente pode chamar de pedágio em que eu vou cumprir e ela só é aplicável para quem falta até dois anos, quem já está ali perto da linha de chegada; para quem está perto da linha de chegada que falta até dois anos vai precisar cumprir um pedágio de 50% do tempo faltante. Então eu sou mulher tenho 28 anos de tempo de contribuição, me faltam dois anos, então eu estou nessa regra. Significa que eu vou trabalhar os dois anos que me falta mais um ano do pedágio, mais um ano do pedágio. Quando a gente explica assim geralmente eles falam: "ah! Essa daí dá para levar.". O problema vem na fórmula de cálculo, porque na fórmula de cálculo ele me da à média aritmética simples dos 100% do salário de contribuição da minha vida e incide o valor, fator previdenciário. Puxa o fator previdenciário de lá. Quer dizer, para puxar o ruim ele puxa, para puxar o bom ele não puxa.

Então muito cuidado para quem já está muito próximo de se aposentar a gente vê essas mudanças de regra, o cliente fica meio desesperado em se aposentar com medo de acabar não conseguindo nenhuma regra, mas, eu sempre coloco a responsabilidade da decisão da aposentadoria, porque não basta se aposentar, é preciso se aposentar bem. O STF já bateu o martelo, a partir do momento em que você recebeu o seu primeiro pagamento, botou no bolso não tem mais a desaposentação, tudo bem?

Para professores é basicamente essa mesma ideia, a diferença é que tudo o que a gente for falar de parâmetro de idade a gente vai reduzindo 5 anos de tempo de contribuição também.

Para os professores a gente tem, principalmente, para as professoras mulheres, a gente tem uma situação muito complicada porque a idade alçada para 60 anos e a gente não

tinha idade anterior e o tempo de contribuição também é alçado para 30 anos. Isso é demais penoso, tudo bem?

Eu vou dar uma agilizada. A aposentadoria por idade que vai ser a regra que vai ser definitiva. A gente salta também de 60 anos para mulher e 65 para homem e passa para 62 mulher e 65 homem.

Vejam, que as fórmulas de cálculo vão sendo aplicadas da mesma metodologia para praticamente todos os benefícios, você pode se aposentar com 60%, com 20 anos, desde que você receba 60%. Se você quiser receber 100%, você vai precisar trabalhar 40 anos.

O trabalhador rural também sofre uma imensa injustiça, porque ele vai precisar contribuir, uma contribuição pelo grupo familiar e a idade dele também é aumentada sem qualquer critério de estudo técnico.

E eu preciso chamar atenção, para aqui um pouquinho na aposentadoria especial. A aposentadoria especial tem sofrido um grande balanço na estrutura de praticamente ficar-se inalcançável está! Por quê? Eu vou exigir idade mínima para todos, conforme o tempo de exposição agente nocivo. Então, o tempo de exposição agente nocivo grave, 55 anos de idade mais 15 de contribuição. Tempo de exposição de agente médio, 58 de idade mais 20 de contribuição; agente nocivo leve, vou precisar de 60 anos de idade e 25 de tempo de contribuição. Essas idades todas elas sofrem um gatilho, eu estou falando em 62, 65 da previsão de hoje, se chegarmos a 2024 e a Lei Complementar não tiver sido editada, necessariamente essa idade já será elevada conforme a tabela do IBGE e a partir de 2024 a cada 4 anos também elevada. E aqui a gente tem a seguinte situação à exposição agente de periculosidade estará extinta do texto, isso significa que os vigilantes com porte de arma estão fora do reconhecimento especial, os eletricitários, estão fora do reconhecimento do tempo especial. A conversão de

tempo especial em comum, também não será mais permitida e aquele reconhecimento antigo que existia; que existe como o direito adquirido do reconhecimento da atividade especial por categoria até 95, ele parece estar extinto, porque a regra, o texto normativo é tão ruim que ele está sendo debatido para a gente conseguir entender, se está extinto ou não está extinto. Eu vou falar só mais um pouquinho ainda, me perdoem, dos servidores, eu não posso deixar de falar da injustiça que tem sido cometida com eles, eles têm sido levado como os causadores do grande problema do déficit, isso é uma injustiça sem tamanho. Os servidores públicos são constantemente alvo de Reforma da Previdência. Eu fiz uma anotação histórica, em 98 as pessoas, em 88 as pessoas eram pegadas no laço com uma excelente proposta de aposentadoria, condições de trabalho, remunerações, mas já em 93 começou a se instituir a contribuição previdenciária para os servidores federais. Em 98 veio a primeira grande alteração previdenciária, estabelecendo a contribuição para todos os entes e colocando requisitos mínimos para a aposentadoria. Em 2003, nós temos a nossa Emenda 41 que veio também dando uma grande rasteira nos servidores públicos, estabelecendo requisitos mínimos mais gravosos e colocando a fórmula de cálculos igual a fórmula do INSS, também, isso mantendo a contribuição mais alta. E em 2005 a gente até teve uma colher de chá com a Emenda 47 que trouxe a pontuação, a regra de ponto para o serviço público e outras regras também. Em 2013 começam a serem implementados os regimes complementares federais e, inclusive até no ano passado foi implementado o do Estado de Rondônia, e em 2015 e 2016 nós tivemos alteração em relação à pensão por morte da companheira e da esposa, entre outras questões. E agora, já em 2019 nós temos de novo a PEC 06 mexendo nos servidores públicos. Vejam que o servidor público, ele não

tem paz e enquanto isso a contribuição dele é mais alta e ele ainda contribui na inatividade.

Só finalizando, eu só quero colocar o seguinte, eles também vão ser encaixados nessa questão de idade, mulher 62, homem 65, tempo de contribuição também elevado. Professores também 60 anos para se aposentar, homem ou mulher, tudo bem, mesmo no serviço público. Só finalizando também, para idade e integralidade, que eu sei que o pessoal do serviço público é bem apegado e preocupado com isso, esquece todas aquelas regras transitórias que ainda garantiam a integralidade/paridade. Para quem entrou até 31/12/2003, da Emenda 41, vai conseguir sim integralidade/paridade se completar idade de qualquer forma, 65 para homem, 62 para mulher, a partir disso, acabou a possibilidade, regra geral conforme a média que a gente tinha colocado. Isso tudo que eu coloquei foi só a ponta do iceberg, ainda tem diversas questões, a PEC tem mais de 66 folhas, a redação muito complicada, os técnicos estão se debruçando dia e noite para decifrar tudo que se propõe. E o que eu quero deixar aqui de compromisso para os senhores é que, e até parabéns a todos aqui presentes, que essa iniciativa de buscar conhecimento é fundamental; se trata do nosso direito, da minha aposentadoria, dos deputados, dos senhores. Então, verifiquem realmente, busquem realmente informações técnicas, inclusive no site, o colega vai colocar, tem uma calculadora, uma simulação no site do Cálculo Cidadão, no site do IPREV também tem, no próprio site da DIEESE também tem. Então, vocês podem ir lá colocar o tempo de contribuição de vocês e ver como as regras vão se afetar no caso específico de vocês. Planejem a aposentadoria de vocês, retomo, não basta se aposentar, é preciso se aposentar bem. E outra, se algo acontecer com os senhores, comigo, e a gente faltar, como que ficarão os nossos familiares? A gente precisa garantir também a

subsistência, a gente não pode aprovar uma PEC da morte, como o colega ali está colocando. Parabéns a todos que fizeram aí as manifestações, é muito bom ver todo o grupo unido, porque a Previdência é nossa. Muito obrigada, obrigada a esta Casa.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) - Registramos e agradecemos a presença da Senhora Lionilda Simão, Presidente do SINTERO, a nossa reverência, obrigado pela presença. O nosso querido Manoelzinho, do SINTERO, Ex-Presidente, hoje membro, seja muito bem-vindo. Samuel Araújo, da Assessoria da Deputada Federal Mariana Carvalho, também nos honra com a presença. Senhor Evaniel Brito, do Sindicato dos Trabalhadores em Comunicação - SINTEL, nos honra com a presença. Senhora Lindaura Silva, Secretária do SIDSEMB de Buritis, nosso bom dia. Senhor Fernando Salioni, Assessor Técnico da SEMED. Vereador Professor Serginho, da Câmara de Costa Marques, também os honra com a sua presença. Senhor Mauro Sérgio, Presidente da Câmara de Vereadores de Costa Marques, nosso muito bom dia. Ezequiel Martins Nunes, Secretário Geral da Câmara de Machadinho d'Oeste. Senhor Davi Mariano da Silva, Diretor Administrativo do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Executivo do Estado de Rondônia, ele representa nessa oportunidade a Senhora Presidente Mirtes Feitosa. Senhor Ernesto Ferreira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Ji-Paraná. Vitalina Ornela de Souza, Presidente da União das Cooperativas da Agricultura Familiar Econômica Solidária - UNICAFES. Senhor José Augusto Neto, da Organização do Sindicato SINTERO, também nos honra com a sua presença. Vereador Clemente Alves Batista, da Câmara de Machadinho do Oeste. Dvani Martins, representante da Câmara de Machadinho do Oeste. Caroline Matos, que representa a Secretaria Municipal SEMAD.

Vereador Adriano Almeida, Vice-Presidente da Câmara do Município de Buritis e Secretário de Obras daquele município. Senhora e senhores, com grande alegria, nós convidamos o Senhor Júnior César Dias, do DIEESE, para que provirá sua palestra, uma forte salva de palmas.

O SR. JÚNIOR CÉSAR DIAS - Bom dia a todos! É um prazer enorme estar aqui com vocês, contribuindo para a classe trabalhadora, que é o fruto do trabalho que o DIEESE faz aí para toda classe trabalhadora desde os trabalhadores rurais aos servidores públicos, e é um prazer enorme estar aqui. Em nome aqui do Deputado Lazinho da Fetagro, do Deputado Adailton Fúria, eu agradeço o convite aí para contribuir com vocês. Para a gente ir direto aos pontos aqui da PEC, que eu acho que a Lélia fez uma boa introdução, que eu acho que trouxe os elementos fundamentais que a PEC trata, e aí eu vou tentar aprofundar alguns elementos que ela trouxe, tentando apresentar alguns números de impactos que a PEC tem além dos impactos políticos, e, logicamente sociais e econômicos que a PEC tem e todo o transtorno que de certa forma ela traz. O primeiro contexto que é importante falar sobre a PEC, é justamente a contextualização que nasce a PEC. A PEC não surge do nada; a PEC é um processo de desenvolvimento em termo de políticas públicas, em termo de propostas de políticas públicas que vem num contexto de desmonte do papel social do Estado. Isso é parte desde dezembro de 2016, para a gente pegar um período que está todo esse contexto da PEC. A gente tem em dezembro de 2016, a PEC do Teto, que é a Emenda Constitucional 95, que congelou os gastos sociais e de investimento do Governo, pelos próximos vinte anos. Então, isso é um contexto onde você reduz de forma significativa o orçamento para as políticas sociais, educação, saúde e todas as demais

políticas públicas. Em março de 2017, a gente tem aprovada a Lei da Terceirização, a Lei da Terceirização, nada mais é do que colocar um intermediador ali, para os rurais entendem muito bem a figura do gato, entre quem emprega e o trabalhador. Então, você tem uma intermediação da mão de obra, de certa forma entendida como algo em que Estado, está aprovando essa existência desse intermediador e cada vez mais, em mais relações de trabalho. Em julho de 2017, a gente tem a Reforma Trabalhista, que aí causa um impacto enorme na vida dos trabalhadores em si, das entidades sindicais também. Aqui tem a Reforma Trabalhista, ela é a causa em si de boa parte do desemprego que a gente vê hoje, boa parte da fragilidade dos postos de trabalho que se tem, dado pela PEC, pela Reforma Trabalhista, que institui a terceirização, reafirma a terceirização para todas as categorias de trabalho, para todas as empresas, ou seja, abre essa forma de terceirização, além de precarizar as relações de trabalho, colocando o trabalho intermitente, o trabalho de curta duração, isso acaba fragilizando o mercado de trabalho. Então a reforma trabalhista, ela, de certa forma ela desestrutura o mercado de trabalho e ao desestruturar, você acaba impactando na necessidade, entre aspas, de uma Reforma da Previdência com o viés que vem. Então, o que a gente tem, fruto da Reforma Trabalhista, o mercado de trabalho desestruturado em que, em linhas gerais, a Previdência é solidária e ela é um pacto social onde as empresas, os trabalhadores e o Governo do Estado coloca sua parte nesse bolo para se repartir para quem se aposenta. E não só se aposenta porque tem a seguridade como um todo, saúde envolvida aqui. Então, esse ponto, onde você desestrutura o mercado de trabalho, que é um dos requisitos para que você mantenha o poder contributivo dos trabalhadores, acaba sendo fragilizado pela Reforma Trabalhista. Então, há necessidade, entre aspas, de uma

Reforma da Previdência, parte de uma desestruturação de um mercado de trabalho, já que a gente tem, como os trabalhadores só contribuem para a Previdência, no mercado de trabalho que esteja formalizado e, de certa forma, estruturado, com carteira de trabalho assinada e todas as garantias. Se você tem um mercado de trabalho desestruturado, em síntese você tem uma não contribuição para a Previdência e acaba rebaixando os valores que entram no cofre do governo para fazer aí, manter essa política.

Quais os principais argumentos do governo? Para ser bem sintético aqui. Isso está lá na exposição de motivos da PEC, ou seja, qual a justificativa para se apresentar uma PEC. É que há necessidade de se equilibrar as receitas e despesas. Nesse ponto, em especial, como eu falei antes, a necessidade, aqui é uma leitura errada de que a PEC em si, ou seja, uma Reforma da Previdência é que levará a um crescimento econômico, é que levará a uma geração de renda no mercado de trabalho em si. Só que ao contrário, se você tem políticas públicas, você tem um mercado de trabalho estruturado é que faz garantir uma Previdência ou um ajuste fiscal sadio, saudável. Então, a justificativa do governo em utilizar, que é para equilibrar despesas e receitas, a PEC em si, a Reforma Previdenciária não vai fazer isso. Porque se você não tem geração de postos de trabalho, você não tem emprego de qualidade e trabalho formal, não tem como fazer isso. É o crescimento econômico que gera, de certa forma, os recursos para que se equilibre qualquer governo, qualquer município, qualquer Estado, unidade da Federação. Então, não é uma Reforma em si que vai gerar aqui esse ajuste. E se o ajuste é fiscal, não há necessidade de ser via Previdência. Há necessidade de ser por uma Reforma Fiscal que possa ser feita, uma Reforma Tributária onde você tribute mais, quem realmente tem de onde tirar e não os trabalhadores, como a gente vai ver

aqui que a Reforma da Previdência atinge. Combater privilégios, se a gente pegar os 30 milhões de beneficiários da Previdência hoje, 95% ganham, em média, dois salários mínimos e meio. Então, se a gente falar em combater privilégios numa categoria onde o rendimento do trabalho é muito baixo, a gente está falando de algo que não existe. Ou seja, combater privilégios se for de 2,5% dos que são, realmente estão ali com algumas aposentadorias elevadas, não há necessidade de se fazer uma PEC tão desestruturante como essa. Você mexe apenas naqueles requisitos desses 2,5% que estão lá no teto.

Combater fraudes e reduzir a judicialização, que é um dos motivos que o governo expõe. Fraudes, na verdade o governo tem mecanismos, vários outros para reduzir fraudes. O próprio consentimento de uma aposentadoria, ou seja, a concessão de um benefício, significa que o governo tem as suas estruturas para naquele momento certificar que é válido. Então, se há um momento em que você precisa revisar essas aposentadorias, na ideia de combater fraudes, significa que o trabalho que o governo deveria ter feito, não fez, que deveria ser um trabalho de, ao conceder, ter todos os parâmetros legais que leva àquela concessão.

Então, a ideia de reduzir a judicialização, que é o acesso justamente à Justiça, e o combate à fraude, já estão contidos na MP 871, recentemente editada, que já na PEC, em si, ela já traz alguns prejuízos, entre aspas, para os trabalhadores. Por quê? Porque a MP 871, dificulta o acesso, principalmente dos trabalhadores rurais, dificulta o acesso aos benefícios, e aí têm alguns outros elementos, como a não aceitação dos registros das certidões e declarações dos Sindicatos, que acaba gerando prejuízo enorme de acesso da população que, às vezes, conta com essas entidades, conta a entidade sindical para acessar a

Previdência. Então, isso é um dos pontos. E a 871 também traz um perigo jurídico em si, que é a possibilidade de rever a qualquer tempo, qualquer um dos benefícios concedidos. E, além disso, ainda há incentivo financeiro para os trabalhadores do INSS fazerem essas revisões, fora, inclusive, do seu horário de trabalho. Então há um incentivo nessa ideia de fazer essas revisões e, qualquer benefício, seja da iniciativa do Regime Geral ou do Regime Próprio, pode ser a qualquer momento ali revisto, e isso pode gerar um problema enorme. Então, vou falar um pouquinho depois mais sobre a PEC, sobre a medida provisória. Mas tem outro ponto aqui de justificativa do Governo, que é fortalecer o processo de cobrança da dívida ativa da União, sendo que já existem mecanismos também de cobrança de dívida. Imagino que cada um de vocês aqui ou muitos fazem lá o imposto de renda e se fica devendo um centavo, o Governo vem, rapidamente, fazer a sua cobrança. Então, existe um mecanismo de cobrança muito eficiente quando é do cidadão, quando é das empresas, que é o caso dos devedores de dívida ativa, há certo tchutchuca ali no meio. Então, há esse abalo que mexe e acaba dificultando. E, aí tem um detalhe, as empresas que devem à União, em torno de 500 bilhões, são empresas conhecidas, que tem nome, tem CNPJ, tem endereço e tem telefone, e-mail e tem propaganda na mídia o tempo todo. Então, não há a dificuldade colocada pelo Governo no processo de cobrança. Mas, o que a PEC traz em si de elementos para o debate? A PEC como colocou a Dra. Lélia, ela desestrutura, é uma transformação, ou seja, é uma desestruturação daquilo que a gente conhece como a Seguridade Social, que substitui os princípios de solidariedade, da universalidade, do provimento público de proteção social e caminha para aquilo que a gente chama de individualismo. Então, de certa forma, transformar esses

fundamentos que são aquilo que faz um pacto de gerações, tornando individual a Previdência isso acaba...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Só um segundinho. Convidar aqui para Mesa, o Deputado Expedito Neto que chegou. Ele está meio atrasado porque ele estava tirando leite, viu gente. Aí ele chegou um pouquinho atrasado. Ele já tem posicionamento com relação à Reforma da Previdência. Obrigado, pode continuar.

O SR. JÚNIOR CÉSAR DIAS - Obrigado. Então, a PEC acaba com esses princípios como pacto geracional, e acaba tirando e jogando para um indivíduo a responsabilidade meio que para sua própria Previdência futura. Então, retirando aí o papel do Estado e, também, o papel das empresas que, hoje, no pacto social tem papel dos trabalhadores, das empresas e do Governo e do Estado. A PEC, também, traz a ideia da capitalização que talvez seja o ponto mais perigoso da PEC, justamente, capitalizar significa botar com que cada um dos trabalhadores ao longo do processo de trabalho, que já de certa forma é fragilizado, porque a reforma trabalhista já fragilizou boa parte, dificulte os trabalhadores no seu processo de rendimentos, ou seja, vamos falar de capitalizar, significa pegar hoje uma parcela do seu recurso e juntando isso numa poupança que vai ser gerida, provavelmente, por algum banco, e banco tem suas taxas, tem suas cobranças administrativas, para no futuro você ter um percentual daquilo que você contribuiu ou você juntou nessa poupança. Totalmente diferente do pacto social que se tem, que é uma geração que hoje está trabalhando e contribuindo para quem já se aposentou e o futuro dessa forma. Então acaba essa ideia de individualizar a Previdência, acaba com

esse pacto social que se tem. Então, isso desresponsabiliza o Estado pela Previdência de cada um, e, além disso, passa para os bancos tomarem conta, e isso, provavelmente, vai render uma boa parte de juros e lucros para esses bancos, e retira, logicamente, o papel do empregador, que hoje é fundamental, que contribui, para um processo também de contribuição para esse pacto social. A PEC, também, traz aqui um elemento, em que todos os benefícios perdem a garantia de manutenção do reajuste da inflação, ou seja, hoje tem lá na Constituição Federal, tanto para os servidores públicos, quanto para o Regime Geral, para todos os trabalhadores, falando lá que você tem que ter um benefício, que tem que garantir o poder de compra. Ou seja, tem que ser no mínimo reajustado pela inflação para garantir o mesmo poder de compra. Se eu comprava com o salário da Previdência 10 kg de arroz, eu tenho que no ano seguinte, se teve inflação, comprar os 10 kg de arroz. A PEC traz um elemento, que é retirar esses tópicos de reajuste, garantir reajuste real e tirando isso, você não tem nenhuma perspectiva, se você vai conseguir comprar no próximo ano os 10 kg de arroz que eu dei como exemplo. Então, esse é um elemento perigoso que tem na PEC. Traz, também, uma nova fórmula de cálculo, ela reduz o valor dos benefícios sendo necessários 40 anos, e, a Dra. Lélia colocou isso, 40 anos para se ter o benefício 100%. Então nenhum trabalhador aqui vai trabalhar apenas os 20 anos, que a PEC estipula como sendo o requisito base. Tem que trabalhar 40, se quiser ter o seu salário integral. Traz também a PEC, a questão da pensão por cotas, e sem garantia de um salário mínimo. Então, a pensão por cotas é a cota de 60% para a pessoa que vai receber a pensão e mais 10% por dependente. Então, isso já cai de certa forma, e sem garantia de um salário mínimo, que já é baixo em termos da vida do trabalhador. Só para um exemplo aqui, o DIEESE

calcula hoje... Hoje tem o salário mínimo necessário seria R\$ 4.200,00 e o salário mínimo hoje é R\$ 998,00. Então, a diferença para um salário mínimo aqui, porque você não vai ter nem a garantia de receber esse salário mínimo, é um problemão.

Traz também a PEC, a questão dos 15 para 20 anos de contribuição no sistema aqui, até 2029, isso vai ser acrescido a cada ano, seis meses a mais de contribuição, que é um dos pontos, aumento da contribuição dos segurados, principalmente do Regime Próprio, que passa a ser, para 14%. E para os Estados e municípios, que eu acho isso importante, para os Estados e municípios a PEC coloca que é obrigatório que seja esse percentual de 14% cobrados. Isso, de certa forma, acaba colocando um dispositivo constitucional, meio que faz uma Lei de Responsabilidade Previdenciária para os Estados e municípios. Então, coloca uma questão que eu acho complicada, que tira de certa forma, a autonomia dos Estados e municípios em gerir a sua própria Previdência.

A PEC também traz aqui alguns elementos, como para os trabalhadores da agricultura familiar, vocês; boa parte de vocês, eu sei que são da agricultura familiar, e, também trabalhadores assalariados rurais; traz um elemento que aumenta a idade. Além de aumentar a idade da mulher de 55 para 60 anos, e aí traz um elemento novo aqui, que é justamente o fator da contribuição, que muda a forma de contribuição da agricultura familiar para acesso ao benefício. Então, coloca R\$ 600,00 anuais e esses R\$ 600,00 anuais, a gente sabe que é um valor muito elevado para a agricultura familiar, quando a gente pega que a renda líquida média da agricultura familiar é muito baixa. Então, botar essa regra para que todas as famílias rurais em economia familiar consigam pagar esse valor. Então, isso

pode deixar de fora da Previdência, um número muito grande de trabalhadores hoje, agricultores familiares. Então, acho isso um ponto fundamental de importância que a PEC traz como elemento negativo para a agricultura familiar.

Os mais pobres, e aí tem um detalhe que, se a agricultura familiar não consegue contribuir esses R\$ 600,00 anuais da Previdência, e tendo a idade mínima e for querer um benefício, não vai ter o benefício e vai acabar caindo no BPC. Então, acaba caindo no Benefício de Prestação Continuada que hoje altera as suas regras. Então, passa, entre 60 e 70 anos, estipula um valor mínimo de R\$ 400,00. Isso, os R\$ 400,00 grafados lá na Constituição. O que é um problema, não é 1/3 ou 1/5 do salário mínimo, é R\$ 400,00. Então, se você botar na Constituição R\$ 400,00, imagina o que seria se fosse um salário mínimo grafado na Constituição, em 1995, R\$ 100,00 que fosse até hoje. Então, aqui não estamos falando em percentual. A gente está falando de um valor, que é um problema. E, além disso, ainda têm que ter, essas pessoas que vão receber esses R\$ 400,00 têm que ter um atestado de condições de vida miserável, certo? Ou seja, não pode ter mais que 1/5 do salário mínimo como renda per capita; $\frac{1}{4}$ do salário mínimo como renda per capita, que é muito baixo. E, além disso, não pode ter nenhum bem familiar. Os bens familiares não podem ser maiores que R\$ 98.000,00. Para a agricultura familiar isso é um problema enorme, porque qualquer terra hoje, em determinado lugar, vale mais do que isso. Então, quando você cair nessa condição e não vai cair nessa condição. Então, não se aposenta porque não vai conseguir pagar os R\$ 600,00 e também não consegue o BPC entre 60 e 70 anos. Só depois dos 70 anos é que talvez consiga aqui nesse ponto.

Além disso, a PEC ainda dá um benefício para as empresas que é justamente não ter que recolher o FGTS e nem pagar multa do FGTS para os trabalhadores que são aposentados, e, que continuam trabalhando. Então, esse é um problemão enorme, é um benefício, logicamente, para as empresas que aqui não tem nada a ver com a PEC. É uma coisa muito mais trabalhista do que realmente com Previdência. Então é um ponto. E a questão do abono que hoje, a ideia é tirar dos recursos do abono, fazendo esse ajuste fiscal em cima do abono que hoje é concedido para os trabalhadores que ganharam até dois salários mínimos e aqui reduz para 01. Isso significaria em 2018 tirar em torno de 24 milhões de trabalhadores desse PIS/PASEP. Então, 24 milhões de trabalhadores no Brasil hoje deixariam de receber esse abono, se isso fosse válido para 2018. Então é um ponto que vale a gente prestar atenção aqui.

Eu vou passar um pouco para frente só para usar mais cinco minutinhos aqui do tempo para terminar um raciocínio, eu queria que você passasse alguns elementos, por favor, a doutora já trouxe. Aqui os elementos da PEC de colocar, tirar da Constituição e passar para Leis Complementares é um problema porque, às vezes, são Regulamentações da Constituição de 88, algumas até hoje não foram regulamentadas. Então, pode ficar naquelas Disposições Transitórias durante 30 anos, ou seja, *ad eternum*; e ninguém sabe como isso pode acontecer.

Aqui para a gente entrar em alguns exemplos tem três situações que a concessão do benefício ela é prejudicada pela PEC, a concessão passa, nas regras atuais de acesso, a idade aumenta, ou seja, se a gente pegar a PEC hoje, você tem e a Dra. Lélia já trouxe isso, que aumenta a idade de 5 anos, aqui no caso aumenta a idade de 60 anos para 62 mulheres dos trabalhadores do regime geral, urbano e os

homens permanecem lá em 65. A PEC traz, eu acho que é um elemento fundamental para vocês debaterem depois, que a PEC traz em todas as disposições dela, traz o elemento de gênero muito forte que é: se aumenta aqui tanto a idade em todas as categorias, para as mulheres é muito maior do que a dos homens. Então, penaliza muito mais as mulheres em todos os aspectos da PEC, seja no rural, seja na idade urbana, seja entre os professores. As professoras, por exemplo, têm uma idade aumentada em 10 anos, que hoje se aposenta com 50, passa para 60. Então, isso é muito grave, é uma questão de gênero muito forte na PEC que eu acho que vale vocês debaterem depois.

Aqui só para a gente mostrar alguns, o quê que a PEC traz, ou seja, aquilo que eu falei 65 de idade para homem, que mantém a idade; das mulheres aumenta de 60 para 62 no regime urbano; para os rurais, os homens 60 continuam e das mulheres aumenta de 55 para 60. Então, uma questão de gênero mais uma vez aqui. A partir de 2024 é o gatilho automático que aumenta, a cada quatro anos a possibilidade de aumentar esse tempo, essa idade devido a expectativa de sobrevida que se tem no mercado de trabalho ou na sociedade como um todo, além do tempo de contribuição que aumenta aqui muito. No regime da Previdência Pública, o RPPS Regime Próprio, os servidores ali de 65 anos de idade, o homem aumenta 5 anos e aumenta também das mulheres 2 anos. É o mesmo tempo de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo também; com regras diferentes para os professores como eu falei os 10 anos que se tem lá.

Tem um ponto ali que é em relação aos policiais que também altera a idade dos policiais passando 5 anos, aumentando 5 anos para homens, aumentando o tempo de contribuição também e o tempo de atividade.

Então, na regra também a Dra. Lélia já colocou isso no slide que ela trouxe primeiro, é que cumpridos os requisitos de tempo de contribuição e de idade, quando você vai se aposentar eu quero saber qual é o valor. Ela fez a pergunta: qual o valor que eu vou receber? Esse valor hoje, ele cai da média dos 80% dos maiores salários ali que você recebeu ao longo da sua vida, cai porque passa a considerar todos os salários. Então, quando você pega todos os salários e tem épocas que você recebe menos, isso acaba diminuindo a média desse valor que se receberá. Então esse é um ponto colocado aqui.

Então, só para a gente visualizar o cálculo do benefício que antes se começava com a regra era um pouco diferente, na proposta da PEC utilizando 100% do seu salário ao longo dos anos e fazendo uma média de quanto é esse valor começaria a partir de 60%, ou seja, pegando toda essa média que já é baixa, passa-se com o requisito de idade e o tempo de contribuição mínima, passa a ter de 60% aqui do valor do benefício acrescido a cada ano de trabalho a mais, 2%. Então você pode, se você trabalhou, tem a idade mínima necessária, têm os 20 anos de contribuição, você recebe 60%, se você passou e trabalhou mais 5 anos recebe ali mais 10%, e assim vai, ano a ano. Então, para ter 100% só com 40 anos de trabalho e mais idade mínima. Então imagina, você tem que ter 60 anos, 65 anos e ter 40 anos de trabalho, então esse é um ponto. Há mudança na contribuição que hoje passa a ter algumas alíquotas, que o Governo coloca que para quem ganha até um salário mínimo vai ter um benefício porque hoje paga 8% e vai cair para 7,5. Fazendo um cálculo em dinheiro, isso significa R\$ 5,00 a menos. Então, você está trocando R\$ 5,00 a menos para quem ganha um salário mínimo, por toda essa PEC que a gente está falando, toda essa desestruturação. Então, é uma troca muito injusta quando você fala do que significa esses R\$

5,00 em termos de percentual, para quem ganha até um salário mínimo, em termos práticos que eu estou falando, eu sei que tem importância por que R\$ 5,00 é muito ao longo do tempo, mas, em termos do que tem de maldade na PEC é uma troca que aqui é um ponto positivo que eles colocam. Só que aumentam para as demais categorias, eu tenho até alguns exemplos ali de quanto seria esse cálculo para cada uma dessas faixas, chegando ali até a 14% para quem ganha acima de R\$ 4.500,00. O que é pouco, poucas pessoas ganham acima disso no mercado de trabalho brasileiro, a grande maioria acaba ganhando em torno de dois salários ou abaixo de dois salários e que vai ficar naquela faixa ali de 9%. Então, acaba aumentando, se a gente pegar a média de rendimento de salário. Aí eu acho que já vou terminando aqui. Aqui o tempo de, a regra de transição, que também a Dra. Lélia também já colocou e mais um ponto. Aqui só para falar do impacto da Previdência Rural que é um ponto específico, a gente tem hoje a mudança da idade mínima que passa para 60 anos e tem a regra daquilo que eu falei da contribuição mínima de R\$ 600,00 anuais. Então, isso é um ponto muito complicado e o que a gente tem hoje um número que é um seguinte, R\$ 255,00 é a renda média líquida anual que traz lá o Censo Agropecuário de 2006, que quer dizer, uma renda líquida que fica muito abaixo, se a gente pegar a inflação, corrigir a inflação até hoje vai ficar bem abaixo dos R\$ 600,00. Então, dificilmente se conseguiria cumprir esses pontos. E justamente, a idade da mulher que é o grande problema, você aumenta 5 anos na idade e a dificuldade que se tem hoje no mercado de trabalho, principalmente no meio rural, é dessa comprovação do tempo de trabalho, ou seja, estamos falando dos 20 anos de contribuição de R\$ 600,00. E, além disso, você tem toda uma questão social de inclusão que a mulher tem nesse mercado, ou seja, na forma de trabalho que a gente está falando. Para finalizar aqui, o

que essa PEC traz em si, de alguns elementos, no campo: a gente tem o aumento da pobreza no campo, por que você vai ter mais pessoas caindo naquela situação de BPC como eu falei, e, que provavelmente, talvez não consigam nem o BPC, com 60 anos; passa lá para 70, então o empobrecimento geral. E aí logicamente não se conseguindo ficar no meio rural, o êxodo rural, então as pessoas acabam saindo do campo. Aqui tem só um slide que eu queria mostrar para vocês, é o último e eu já termino aqui. É que se a gente pegasse aqui a contribuição dos benefícios previdenciários e dividisse aqui no Estado de Rondônia para todas as pessoas que residem no Estado, os benefícios que entram em um ano, eles contribuem em média com 6,2% daquilo que seria a renda média da população. Então, quando a gente fala que a PEC vai retirar ou economizar um trilhão de reais, esse um trilhão de reais que ela vai economizar acaba sendo retirado de onde? Retirado de onde realmente é gasto esse valor. Onde é gasto esse valor? Nos municípios, nos bairros, em todo comércio, na economia local. Então, isso acaba impactando de uma forma tão grande a economia como um todo e que o que o Governo colocou os benefícios que a PEC traz para, uma das primeiras coisas que eles colocam o fiscal, o desenvolvimento, o crescimento econômico, é uma das justificativas maiores, e que o mercado financeiro espera por isso, isso acaba reduzindo. Então, ou seja, invalida o impacto que tem de toda a reforma, por que isso vão ser um trilhão de reais tirados da economia e pela PEC, a Emenda Constitucional 95, travada com todo gasto social, esse valor não vai retornar pros municípios e nem para os Estados, nem para a vida das pessoas, tampouco isso. Obrigado gente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado Dr. Júnior do DIEESE. Acho que já deu para a gente ter uma noção. Eu quero aqui enfatizar e agradecer agora a presença do Deputado Expedito Neto, e dizer que toda a bancada federal foi convidada, toda, não ficou um sem ser convidado. E por isso, eu agradeço a Vossa Excelência, por estar aqui conosco em respeito aos eleitores, aos trabalhadores do Estado de Rondônia, e a população do Estado de Rondônia, obrigado Deputado.

Vou passar a palavra para o Deputado fazer uma breve saudação, no final, nós vamos fazer nossa fala. E já chamar aqui o Germano Soares, Presidente do Sindicato dos Tributários de Rondônia; o Emílio, Conselheiro do IPERON; O Francisco Kelvin, representando a Via Campesina; Nailor Gato, Presidente do SINDUR. E registrar a presença da minha amiga Daiane, Presidente do Sindicato de Alvorada, e da Catarina Raquel, Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Entidades Sindicais. Deputado.

O SR. EXPEDITO NETO - É uma honra, é um prazer estar aqui com vocês hoje, gostaria em nome do meu Deputado, meu amigo Deputado Lazinho da Fetagro, em nome do Deputado Fúria, do meu partido, meu companheiro, meu amigo que junto com o Deputado Lazinho, propuseram essa Audiência Pública, para que a gente pudesse ouvir a população. Então, em nome deles, eu gostaria de cumprimentar todos os trabalhadores presente, todos os homens. Em nome da Raquel, da minha Vereadora, da Vereadora Ida, e de uma grande liderança política aqui do Município de Porto Velho, a minha querida e amiga Mara Valverde, eu gostaria de cumprimentar todas as mulheres e trabalhadoras rurais aqui presentes. E dizer que hoje, eu vim para ouvir, na condição de ouvir a população, ouvir os anseios, ouvir o trabalhador rural, e vou deixar

para me posicionar ao final de todas as falas, ao final de tudo que a gente conseguir ouvir aqui de vocês hoje. Infelizmente o resto da bancada não pode vir, eu não sei, eu tenho certeza que tem outros parlamentares que vão estar nessa luta conosco, a exemplo, a Deputada Silvia Cristina, a exemplo do nosso Deputado Mauro Nazif, um grande companheiro. Não tenho dúvidas, já tive no passado, hoje não tenho dúvidas que vai ser uma defensora dos trabalhadores e vai caminhar conosco sim, a Deputada Mariana Carvalho, eu não tenho dúvidas que ela estará do nosso lado. Cumprimentar também nosso grande amigo Germano. Eu votei contra a reforma trabalhista, hoje, nós estamos em outro momento, e nós precisamos de mais ajuda, quanto mais Deputados de Rondônia, nos defenderem, quanto mais Deputados comprarem a nossa bandeira, melhor. Vocês acompanharam, eu acho que o Brasil inteiro acompanhou aquele debate que aconteceu dentro da CCJ. Aquele debate, foi muito importante para a sociedade, foi importante para o Ministro de Economia, ouvir posicionamentos de pessoas que realmente têm compromisso com a sociedade. Inclusive, um dos melhores posicionamentos; não sou petista todo mundo sabe disso, nunca votei no PT, Deputado Lazinho, mas, o PT lá na eleição, o PT lá no debate da CCJ, cara, foi fantástico, o discurso foi muito bom. O discurso foi muito bom. Eu acho que esse é o momento de nós baixarmos as barreiras, acabar com os palanques políticos e realmente debatermos as questões econômicas. Foi importante para a oposição, foi importante para o Governo, eu acho que nós estamos começando a crescer como sociedade, eu acho que nós estamos começando a crescer no debate, e eu não tenho dúvidas que o debate em relação a aposentadoria, está só no começo, e realmente aposentadoria não é privilégio. Quando a gente fala do regime geral de previdência, quando eles falam que vão economizar um trilhão de reais, para começar

a se investir no País, quem vai pagar esse um trilhão? Será nas contas dos mais pobres? Porque 80% desse dinheiro vão vir do Regime Geral de Previdência, vai vir de quem recebe a um, a dois salários mínimos. Então, dessa forma, não dá. Pagar as contas do governo e o governo fazer farra, fazer a festa, fazer benefícios às vezes, trazer asfalto, trazer algumas coisas, mas, com os custos de vocês, não; nós já temos muito imposto. Esse Ministro que aí entrou, falou o que ele mais pregava era diminuição da máquina pública. Então, como que com uma dívida de sessenta bilhões, ele vai subir para um positivo de um trilhão, ele está pretendendo diminuir a máquina pública. Se ele tem uma dívida de sessenta bilhões, vamos colocar cem bilhões de reais, para que ele quer um trilhão? Alguém de vocês leu que ele vai tomar bens, vão sequestrar bens, vão entrar nas empresas de quem não paga a previdência? Quem aqui deve a Previdência levanta a mão? Nenhum, não é? Ninguém, não é? Você não tem essa opção, o empresário tem essa opção. E como o empresário que deve a Previdência está sendo tratado nessa reforma? É isso que deve ser discutido, se é para ser igual, com todo respeito do mundo ao Ministro, não quero faltar com decoro, não quero faltar com nada, mas, a questão da tchutchuca valeu muito bem para ele, valeu muito bem para ele! Foi muito bem colocado! Gente, eu não tenho nada contra os militares e vamos tentar separar Forças Armadas, de militares, Polícia Militar. Quem enfrenta o crime organizado é a Polícia Militar, é a Polícia Federal, é o Agente Penitenciário que está lá recebendo um salário de R\$ 3.000,00 para guardar um preso que tem um valor de R\$ 10 milhões, como o Fernandinho Beira-Mar, como outros presos. É o Agente Penitenciário que recebe o menor salário. Esses são quem defendem realmente, fazem a segurança pública do nosso Estado e do nosso País. O militar, infelizmente, a única coisa que eu sei que o

militar sabe fazer é correr na rua e gritar: "um, dois, feijão com arroz; três, quatro, feijão no prato". Com todo respeito, dizem que a função do militar é proteger as nossas fronteiras, das Forças Armadas. Dizem que a função das Forças Armadas é proteger as nossas fronteiras. Gente, vocês vivem na fronteira, cadê o Exército? Cadê o Exército? Aqui é o ponto de entrada de droga do País inteiro, e quem dirá do mundo! Cadê o Exército? Está dormindo, não é? Aí me dizem que os militares tem General, Coronel, aquele General de quantas estrelas... São tudo muito inteligentes, mas, gente, o cabra está estudando, faz 30 anos que ele recebe, estudando para uma guerra que nunca vai vir. Quer resolver o problema de segurança pública? Bota as Forças Armadas para trabalhar na rua. Bota as Forças Armadas para trabalhar junto com a Polícia Militar. Aí eu tenho certeza que a gente vai melhorar esse problema de insegurança que nós estamos vivendo hoje. Mas, no mais, eu quero me posicionar mais no final. Muito obrigado a todos, passando a palavra ao nosso grande amigo, o Presidente do Sindicato, Germano.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado, Deputado. O Deputado falou que nunca votou no PT, mas, ele vai votar. Ele vai, porque quem votou no 17, agora já está triste.

Quero chamar o Dr. Rhafael Luis Pereira para a Mesa, representando o Ministério Público Federal e a Procuradoria Regional do Direito do Cidadão. Nós vamos fazer as falas, e eu vou cronometrar. Eu peço desculpas, mas, já são 11h10min, aqui têm quatro inscritos, que eu já falei e vamos colher mais quatro inscrições, por favor, a nossa assessoria, estão levantando a mão aqui. Cumprimento e agradeço a nossa Presidente do SINTERO, junto com toda a

direção do SINTERO e os professores aqui presentes, professoras. O Germano, então, pelo prazo de 3 minutos.

O SR. GERMANO SOARES - Bom dia a todos. Meu nome é Germano Soares, eu sou Presidente do Sindicato dos Técnicos Tributários, sou Presidente da Pública Central do Servidor aqui do Estado de Rondônia e até março do ano passado eu era Presidente da FEBRAFISCO, que é Federação que representa os Fiscos dos Estados da União e Distrito Federal, e Vice-Presidente da CONACATE, que é a Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado. Então, estive nos últimos anos, realmente, tive a oportunidade de estar em Brasília acompanhando de perto a questão da Reforma Tributária, Reforma Trabalhista, que foi citada aqui; a questão do teto dos gastos, que o Dr. Júnior do DIEESE também falou. E realmente, o que a gente percebe, eu não quero repetir a fala, nem da representante da OAB e nem do Dr. Júnior do DIEESE. O que nós precisamos entender é que muitas atitudes poderiam ser tomadas pelo governo, antes de se chegar à Reforma da Previdência. A primeira delas, e, eu gosto sempre de citar, é a questão da dívida pública do Brasil. Para citar um exemplo, por conta desta PEC do teto dos gastos, que o Dr. Júnior citou aqui, foi congelado sim, gastos com educação, saúde, segurança pública, mas, o pagamento de juros e amortização da dívida continuou e continuou aumentando. Hoje, o Brasil gasta mais de 50% do seu orçamento anual com juros e amortização da dívida pública, mais de 50%. Há 12 anos, o Equador, o Presidente do Equador tomou uma decisão. O Equador vivia uma situação parecida com a nossa, pagando muito de juros e amortização de dívida pública. Ele convocou técnicos do mundo todo, inclusive, foi uma brasileira fazer parte dessa equipe, Dra. Maria Lúcia Fattorelli. Eles fizeram o

levantamento da dívida pública do Equador e chegaram à conclusão de que o Equador devia apenas 30% do que era cobrado, 30%. A pergunta que se faz é: por que no Brasil não é feita a auditoria da dívida pública? Há previsão na Constituição Federal de 88. Nunca foi feita auditoria da dívida pública. Isso seria o primeiro ponto.

Reforma Tributária, também foi citada pelo Dr. Júnior. Eu pedi o nome dele porque eu ia citar tantas vezes o nome dele aqui, não é? A palestra dele foi tão boa, e acabou atrapalhando a minha, porque ele falou quase tudo que eu ia falar. Reforma Tributária. A Reforma Tributária deveria vir antes da Reforma Previdenciária, por quê? Porque aqui no Brasil, diferente da Europa, diferente dos Estados Unidos, a carga tributária é concentrada nos bens que nós consumimos. Então, quando a gente vai comprar um carro, quando a gente vai comprar uma latinha de refrigerante...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Um minuto.

O SR. GERMANO SOARES - Quando a gente vai comprar uma latinha de refrigerante, os tributos estão concentrados ali e não na renda e no patrimônio, e não concentrado naqueles que ganham mais e que têm patrimônio acumulado. Nós precisamos inverter isso; isso viria com a Reforma Tributária. Nós temos os grandes devedores da Previdência, que foi citado aqui pelo nosso amigo e Deputado Federal Expedito Neto. Os grandes devedores da Previdência, por que eles não são cobrados?

Então, quero dizer a vocês que, muito precisaria ser feito antes de se chegar à Reforma Previdenciária. Os mais pobres serão os atacados, 01 trilhão de reais, 90% desse 01

trilhão vai sair dos mais pobres. Como os privilégios estão sendo combatidos, se a economia está saindo do bolso de quem ganha menos? Eu quero encerrar minha fala agradecendo a Deus a oportunidade de estar aqui hoje, agradecendo a oportunidade e o convite que me foi feito pelos Deputados estaduais, Fúria e Lazinho da Fetagro. E dizer ao Deputado Expedito Neto que eu tenho muito orgulho da amizade que nós temos e cada vez que o encontro, eu estava comentando com Emílio, eu digo, dá muito orgulho, dá muito orgulho ver os seus posicionamentos, sabemos que a Bancada Federal melhorou muito em Rondônia, sabemos que a Bancada Federal melhorou e nós contamos que a Bancada Federal siga o seu exemplo, venha aos debates, compareça e na hora lá faça o que a gente espera, fique ao lado do povo. Obrigado, que Deus abençoe a todos.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Parabéns, Germano. Agradecemos aí fala. Quero registrar presença do Senhor Fábio Roberto, Defensor Público do Estado de Rondônia. A Defensoria tem feito um trabalho excepcional nesse Estado, principalmente, em defesa das pessoas mais carentes, porque hoje é a Defensoria que proporciona ali o trabalho jurídico no nosso Estado em defesa do nosso povo.

Eu quero convidar o Emílio Márcio, Conselheiro do IPERON. Está presente. Três minutos sem direito a parte.

O SR. EMÍLIO MÁRCIO DE ALBUQUERQUE- Bom dia a todos. Quero...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Estão colhendo mais quatro inscrições, é isso? Fecharam as inscrições.

O SR. EMÍLIO MÁRCIO DE ALBUQUERQUE - Bom dia a todos. Eu quero como representante aqui dos servidores do Executivo, junto ao Conselho do IPERON, parabenizar pela iniciativa. Esse debate, ele é crucial para todos nós. Na verdade, o que esse Governo quer é como já foi citado aqui, é o fim da Seguridade Social. Esse sistema em que os três atores, empregador, empregado e o Estado são solidários na nossa aposentadoria, ele iniciou em 1934. Ele é bem antes da Constituição de 88. Então, esse sistema em que o patrão ajuda na aposentadoria do empregado e o Estado é solidário é muito antigo, vai com completar 100 anos que esse sistema funciona e é eficaz. Não fosse isso, esse País já tinha virado uma África. Eu não gosto de chamar ninguém de mentiroso, mas, Paulo Guedes falta com a verdade quando ele defende essa maldita Reforma. Só com o patrão deixando de pagar, só o Governo Federal deixando de dar a parte dele como patrão, no caso dos servidores públicos, isso vai dá só isso aí, vai dá uma economia em torno de R\$ 700 bilhões em 10 anos, só a parte da União que ela não vai mais contribuir junto ao servidor federal. Então, quando ele fala de 01 trilhão, ele falta com a verdade. Porque ele vai deixar de pagar o PIS, ele vai deixar de fazer um monte, ele vai reter um monte de dinheiro aí que ele não esmiúça, e no final vamos ficar sem aposentadoria. Eu quero citar aqui o Chile, o Chile foi questionado para ele: "Paulo Guedes, porque que você vai usar um sistema que não dá certo, a exemplo do Chile, em que os aposentados se matam?". Imagine você se aposentando depois de 35 anos de trabalho, só com o dinheiro que você economizou durante esse tempo, todo você se aposenta, às vezes, doente, às vezes em depressão, enfim, todo um contexto e, quando passa 05 anos que você se aposentou, acaba o dinheiro...

O SR. ADAILTON FÚRIA - Um minuto.

O SR. EMÍLIO MÁRCIO DE ALBUQUERQUE - E o Estado não entra mais para te ajudar. Aí, o que está acontecendo no Chile? Os idosos estão se matando, porque quando eles vão procurar a família; muitas vezes a família também está em dificuldades financeira, ele não quer ser um peso. Quer dizer, num momento em que ele devia desfrutar de 35, 40 anos de trabalho, ele se mata de desgosto, porque ele passa a ser um estorvo na vida da família. Então, a reflexão que fica aqui é o seguinte: os números que esse Ministro apresenta são mentirosos, porque quando ele foi questionado sobre essa questão, ele não respondeu como economista. Eu sou economista, assim como colega lá, parablenho sua fala. Na verdade, essa Reforma vai retirar dinheiro...

O SR. ADAILTON FÚRIA - Um minuto para concluir.

O SR. EMÍLIO MÁRCIO DE ALBUQUERQUE - Na verdade essa Reforma vai afundar o País numa crise maior do que já está. Nesse governo está tendo uma retirada sistemática de moeda do mercado. No Nordeste, imagine o que é que vai acontecer com o Nordeste se fizer isso aí com o BPC. Vai faltar dinheiro! O cara que recebe o BPC, a aposentadoria, ele compra no comércio. O comércio encomenda da indústria, que emprega e tudo isso vai desabar! E ele não tem solução para isso aí. São só medidas recessivas. Eu convido todos vocês a conversarem, porque aqui têm lideranças, conversem com as pessoas ao seu lado, e vamos pressionar os Deputados da bancada federal, certo? É ameaçar mesmo, 'meu amigo, se

você votar nesse troço aí, você está fora da política'. Essa deve ser a nossa bandeira. Obrigado.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Agradecemos, Emílio. Parabéns. Eu gostaria de convidar o senhor Francisco Kelvin, representante da Via Campesina, para fazer uso da palavra, sem direito a aparte.

O SR. FRANCISCO KELVIN - Bom dia, companheiros e companheiras. Companheirada, eu sou Francisco Kelvin, sou do Movimento dos Atingidos por Barragens e da Via Campesina, que é uma articulação que envolve o MST, o MPA, o MAB, a CPT, uma série de organizações do campo, não é? E a gente tem discutido muito com o nosso povo o que é essa Reforma da Previdência. Inclusive, nós estamos falando que nós não podemos mais chamá-la de Reforma da Previdência. Porque o que está colocado é o fim da nossa aposentadoria, é o fim da Previdência. A Reforma da Previdência, essa proposta do Governo Bolsonaro, vai acabar com todos os pilares da seguridade social do nosso País. Não tem como a gente aceitar qualquer proposta de Reforma da Previdência desse governo, que é um governo antipovo, não é? É um governo que não representa os anseios dos trabalhadores. Como que um governo vai propor uma Reforma da Previdência para enxugar as contas? Sendo que o governo não vai tratar da sobra do dinheiro da seguridade social, não vai tratar das DRUs, que são as Desvinculações das Receitas da União. Todo ano o governo tira dinheiro da seguridade social para outras coisas. Sobra dinheiro na seguridade social. Como que o governo vai tratar da Reforma da Previdência sem tratar sonegação? A CPI da Previdência, que teve no Congresso Nacional, o resultado final dela dizia uma série

de coisas, entre elas, que em média, as empresas no Brasil sonegam, em média, todo ano, R\$ 125 bilhões, que elas tiram dos trabalhadores e que dizem que vai para a Previdência, mas não vão, R\$ 125 bilhões. O nosso sistema previdenciário é bom. Não tem por que fazer Reforma. É um sistema tripartite, três para um.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Um minuto para concluir.

O SR. FRANCISCO KELVIN - Tem recurso dos trabalhadores, que contribuem, das empresas, e recurso de uma série de impostos. Se esse recurso de fato fosse aplicado só para a Previdência, não tem por que fazer Reforma. Não tem déficit nenhum. O governo disse, o Governo Temer, que precisava fazer o teto de gastos, para enxugar as contas, porque nós íamos entrar numa crise, tinha que fazer para salvar o País. Fizemos, e estamos aqui. O Governo Temer disse que tinha que fazer a Reforma Trabalhista para modernizar as leis trabalhistas do País, para equalizar as contas do governo federal, isso tudo, porque nós íamos entrar numa crise muito grande. E foi feita, e olha os resultados. E agora, o Governo Bolsonaro, que é um Governo Temer 2, mas, muito piorado, consegue ser muito piorado, chega com essa Reforma da Previdência. Não podemos ter dúvida. E olha, companheirada, para Rondônia nós estamos falando de R\$ 2,5 bilhões que entram todo ano na renda do nosso Estado. Se a gente pegar, em média, os seis municípios maiores, com mais de 50 mil habitantes do Estado, isso significa, mais ou menos, de 5 a 7% da renda que circula. Mas, consegue ser ainda pior, se a gente pegar municípios como Pimenta Bueno, Ouro Preto, Presidente Médici, Rio Crespo, Santa Luzia d'Oeste, o recurso que vem

para a Previdência significa em média de 20 a 25% do que entra nos municípios. Isso, nós estamos falando de mais ou menos, 15 municípios do nosso Estado. Você imagina, nós estamos falando que em média, com essa Reforma que o governo está propondo, 15 municípios do nosso Estado não vão se segurar nas pernas, em 1 ano, com essa Reforma, porque não vai mais entrar dinheiro. É o dinheiro da aposentadoria que circula; que faz a renda circular, que compra os nossos recursos da agricultura familiar, tudo isso. E companheirada, para o campo é ainda pior. O governo está propondo que nós contribuamos em média, no mínimo R\$ 600,00 por ano, e não é por família. A gente está falando que você contribui com R\$ 600,00, a sua companheira contribui com R\$ 600,00 e cada um dos seus filhos contribuem com R\$ 600,00. Se você não contribuir no ano, se você não contribuir, isso não vai ser somado no seu tempo de Previdência, de aposentadoria, ou seja, é o fim da Previdência no campo, é o fim! E esse modelo, companheirada, não deu certo no Chile, que é o grande exemplo, que é de onde vem o Paulo Guedes, é um banqueiro, rentista, que ganha dinheiro com isso. A vida inteira do Paulo Guedes, não plantou, não produziu nada, todo dinheiro que ele ganhou foi com rentismo, dinheiro que até hoje está em paraíso fiscal com sonegação, com tudo que há de pior sem produzir um prego. E esse modelo, é o modelo que está gerando morte do Chile e o que acontece na verdade, para finalizar, no Chile é a descapitalização, você contribui 01 para receber depois da sua aposentadoria 5, ou seja, a metade porque é uma descapitalização, os bancos cobram seguro, impostos, em todo esse dinheiro e a gente está falando que não vamos se aposentar e nós vamos receber muito pouco a capitalização, é o fim da aposentadoria, temos que sair daqui com a ampla jornada de mobilização nas Câmaras de Vereadores com os nossos Prefeitos para barrar

essa Reforma da Previdência e derrotar a proposta do Governo Jair Bolsonaro. Vamos para a luta companheirada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado Francisco.

Eu sei que é chato a gente estar cobrando o tempo, mas é porque a gente é chato mesmo, e aí a gente ouve os companheiros que a gente pensa que: "ah! O companheiro...". Companheiro vem e fala a nossa linguagem e a gente acaba entendendo, não é isso?

Chamar agora o companheiro Nailor Gato, pelo prazo de 3 minutos.

Cumprimentar o meu amigo Roberto Sobrinho que está presente. Obrigado.

O SR. NAILOR GATO - Bom dia companheirada. Cumprimentar aqui a Mesa e falar uma situação. Aqui a Reforma Trabalhista ia gerar emprego, falava o Meirelles lá na época, ia gerar emprego, milhões de emprego. Hoje nós temos mais de 13 milhões desempregados e um dado muito alarmante entre a juventude tem o desalento tão grande que cerca de 2 milhões de jovens deixaram de procurar emprego. Essa é a primeira parte da Reforma Trabalhista. A Reforma da Previdência companheirada, e companheirada aqui do Plenário, não tem nada a ver com contas públicas é apenas um instrumento de exploração do capital, não tem nada a ver com contas públicas, esse é um instrumento do capital.

Isso porque nós somos companheiros de luta há muitos anos, fazendo luta nesse Estado todo e nesse País.

Hoje nós temos o Regime como o companheiro Kelvin falou, contribui o trabalhador, contribui o empresário, contribui o Estado brasileiro, o Estado Nacional. E o que eles estão colocando? Capitalização nesse projeto que querem fazer a capitalização. Quem vai contribuir? Só o trabalhador, só o trabalhador que vai contribuir, agora, tem dois pontos aqui Deputado Expedito Neto, a gente fez muita luta lá até agradeço a luta que fizemos lá contra a Privatização do Sistema Eletrobras, não conseguimos barrar a privatização das distribuidoras daqui do Norte, mas estamos continuando fazendo a luta, tentando reverter à situação. Dois pontos aqui que é a Aposentadoria Rural que chama muita atenção, é a BPC. É inconcebível Deputado Expedito Neto, pegar essa pequena renda, uma pequena renda, eu não sei se pode chamar de renda, que é o único meio de sobrevivência desse trabalhador, desse cidadão e fazer ajuste fiscal com esse dinheiro. Isso é inconcebível.

Outra situação é a questão do rombo da Previdência. Entender que a Previdência não como déficit ou superávit, mas, de uma política necessária, uma política pública necessária para assegurar a dignidade das pessoas, para assegurar a dignidade das pessoas, não é uma questão de déficit ou superávit da Previdência. É uma situação necessária para assegurar a dignidade,...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Um minuto companheiro.

O SR. NAILOR GATO - Para assegurar a dignidade para as pessoas, a dignidade do ser humano Deputado Lazinho, e uma reflexão aqui, essa para finalizar já que ele cortou o meu

tempo e está me dando menos de um minuto, que nós temos que fazer uma reflexão muito forte, eu não me atenho a número, não vou me ater a discussão porque nós temos dos movimentos populares que nós fazemos a luta, nós temos que fazer a luta naquilo que nós entendemos e compreendemos que é: que sociedade que nós queremos nesse processo da discussão da Previdência? Que sociedade que nós queremos? A sociedade baseada em cada um por si, na lei da selva? Ou seja, quem tem condições, se aposenta; quem tem como pagar se aposenta, onde o direito se torna um privilégio ou uma sociedade baseada na solidariedade, que é no caso da defesa do regime de repartição, o regime de repartição é o regime de solidariedade entre as gerações. É essa reflexão que nós temos que fazer e como companheiro falou no final da fala dele, nós temos que construir e fazer essa luta, fazer a luta com contundência, porque o que está em jogo é a sobrevivência da nossa geração, é a sobrevivência dos nossos filhos, porque nós não nascemos em berço de ouro e nós temos que fazer essa luta e não ter medo de fazer essa luta. Por isso, nós conclamamos que qualquer mobilização, que os movimentos populares chamem, que a população toda esteja presente e faça e mantenha essa luta para que seja barrada essa proposta que unicamente beneficia o rentismo. Obrigado companheirada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado Nailor, obrigado pela precisão dos dois minutos a mais. Agora, vou chamar a nossa companheira Lionilda, Presidente do SINTERO, pelo prazo de três minutos Lionilda.

A SRA. LIONILDA SIMÃO - Bom dia, em nome da Alessandra, cumprimentar todas as mulheres aqui presentes;

em nome do nosso companheiro Lazinho, cumprimentar à Mesa e os companheiros aqui presentes. Quero aqui chamar atenção e aproveitar para dizer o orgulho que eu tenho em estar vendo aqui sentando nesta Mesa como deputado, o nosso companheiro lá de Cacoal, o Adailton Fúria, que foi vereador e fez um trabalho extraordinário na defesa da sociedade, em defesa dos interesses sociais e parabenizar o Deputado Federal Expedito Neto, porque, desde que começaram a tirar direitos dos trabalhadores, o posicionamento dele sempre foi muito claro. Então, a gente precisa fazer justiça aqui. Quero dizer aqui em nome de Sindicatos, eu acho que mais do que nunca, nós enquanto lideranças sindicais temos que mostrar para que nós viemos; nós estamos aqui para defender a classe trabalhadora do Brasil e nesse sentido, o que se observa que a mobilização dos trabalhadores nesse momento é de extrema importância. Quero dizer, que o SINTERO, com os seus 26 mil filiados, nós nunca isentamos de fazer a luta em defesa da classe trabalhadora. Com essa proposta absurda de Reforma da Previdência, nós não estamos fazendo diferente do que nós já fizemos em todos os outros momentos. O SINTERO, através da nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, encampa todas as lutas. E quando foi apresentado o projeto pelo golpista Presidente Temer, nós fizemos um enfrentamento de uma greve que durou mais de 15 dias aqui no Estado de Rondônia, chamando principalmente a nossa bancada para se comprometer com os trabalhadores. Naquele momento tivemos êxito, porque através das manifestações populares nesse País, o projeto ficou engavetado. Na primeira oportunidade de um Governo Federal, que nós acreditamos, nós acreditamos enquanto classe trabalhadora e enquanto representante dos trabalhadores, nós acreditamos que era o pior projeto para esse País, mal ele chegou e realmente tirou o projeto e piorou. Então, eu não vejo alternativa, ou nós vamos para

as ruas, ou nós fazemos a nossa parte enquanto trabalhadores, ou nós corremos o risco, o risco de passar um absurdo desses. Quero dizer aqui, que enquanto o Sindicato que representa uma categoria onde nós temos mais de 80% de mulheres, nós, enquanto mulheres, temos que fazer a diferença, porque mais uma vez nós somos as mais penalizadas. Então, nesse sentido, o meu chamamento aqui enquanto Presidente, chamando os outros companheiros do Sindicato, para que nós façamos o nosso trabalho e chamamos a sociedade; a sociedade civil organizada, a sociedade como um todo; as associações, as igrejas para que nós possamos reverter isso e chamamos a nossa bancada. No dia 22, nós fizemos um ato de extrema importância, que foi uma articulação entre os sindicatos para que nós começássemos a esclarecer a população, que infelizmente a maioria ainda não tem conhecimento o que significa esse projeto para que a gente realmente começasse aí a fazer as intervenções com a sociedade. O SINTERO, desde o dia 21, quando foi apresentada a proposta oficial, nós estávamos fazendo a primeira plenária e nós já fizemos 11 plenárias em todas as nossas regionais, esclarecendo os trabalhadores o que isso significa, porque só assim efetivamente nós vamos conseguir fazer o papel de reverter esse quadro que está aí. Então, o lema nesse momento é: Ninguém solta à mão de ninguém, ninguém solta à mão de ninguém. Muito obrigada.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Parabéns, parabéns. Eu gostaria de chamar a Mila Mota, Agente de Saúde, por três minutos sem direito aparte.

A SRA. MILA MOTA - Não precisa ameaçar. Bom dia a todos os companheiros! Em nome do Deputado Lazinho,

cumprimento a Mesa, em nome dos companheiros que estão do sindicato, cumprimento a plateia. Eu vou ser bem clara, bem objetiva, bem curta, já fui ameaçada do tempo. Eu fico muito feliz quando eu chego numa plenária e vejo vários companheiros que há anos estão na luta pelos trabalhadores e pela população, que eu vejo que a luta infelizmente não acaba, sempre são os mesmos rostos, mesmos companheiros, a renovação infelizmente é pouca. Eu tenho 28 anos, posso ter essa cara de 30, mas, eu tenho só 28, e não vejo infelizmente a possibilidade de me aposentar, não vejo, e infelizmente menos ainda vejo a população esclarecida com esse tema. Tem uma convocatória aqui, eu não vou ser redundante, eu não vou falar dos pontos que aqui todos nós sabemos, só vou concordar com várias falas com a do Kelvin, da companheira que me antecedeu e dos Deputados que aqui estão. Vou responder a falar do Deputado Expedido Neto, onde estão os empresários devedores da previdência? Estão sentados com as bancadas negociando a nossa aposentadoria, é lá que eles estão. E ao contrário disso o que temos que fazer? Aonde é o nosso lugar? Eu vou responder para vocês, é na rua, é lutando pelos nossos direitos, porque eles decidem tudo dentro de uma sala com ar-condicionado, nós não, o nosso ponto, o nosso momento é que a população acorde para esse governo. Infelizmente esse governo não pensa em vocês, eles não pensam em nós, eles não pensam na juventude trabalhadora, eles não pensam nas pessoas que contribuíram para essa aposentadoria, eles não pensam nos nossos idosos, qual é o trabalho? Eles estão preocupados porque não vão se aposentar, eles sabem disso. Mas, infelizmente, muitas pessoas que sabem disso, estão dentro de casa preocupados olhando o Jornal Nacional. Então, a convocatória que eu faço aqui a todos vocês, independente de partido, independente de qualquer coisa, quando forem convocados, vão para as ruas, mostrem para eles quem foi

que os colocou lá, mostrem para eles de quem é o poder, o poder é de vocês. Se cada um tomar consciência do seu poder, nenhum deles voltam, nenhum deles. E aí, eles vão aprender que têm que respeitar e trabalhar para a população. Para encerrar a minha fala, se realmente esses Deputados estivessem preocupados com o nosso País, com a nossa economia, eles estariam cortando na própria carne. Porque se vocês podem viver com salário mínimo, porque eles não podem viver sem privilégios? Sem auxílio carro, sem auxílio não sei o quê, sem auxílio para passear, vocês podem viver com menos de R\$ 400,00, porque eles não podem viver sem Auxílio Terno? Será que é tão difícil andar com uma camiseta mais simples? Porque vocês podem e eles não? É essa a minha fala, é essa convocatória que eu deixo. A minha mensagem que eu deixo, acordem e vamos lutar, para as ruas conscientizar qualquer um que esteja ao nosso lado. Obrigada.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Parabéns, bem colocado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Mila, Mila, também não precisa radicalizar tanto assim.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Gostaria de convidar Mara Valverde, representante do SINDLER, para fazer uso da palavra por três minutos sem direito a aparte.

A SRA. MARA VALVERDE - Bom dia! Gostaria de parabenizar o Deputado Lazinho, o Deputado Fúria, e aos parlamentares que aprovaram essa Audiência. Eu sou do Poder

Legislativo desta Casa, meus colegas que estão trabalhando, nós também estamos há algum tempo nessa discussão com a federação, acompanhamos a plenária que teve no SINTERO, junto com os Deputados Federais. O Deputado Expedito Neto, sempre nos apoiou, os trabalhadores, desde a outra gestão, e, a gente sempre falava: "se não votar nos trabalhadores, não volta". Pena que alguns voltaram. E eu penso, Deputado, que nós temos que vê isso, o que eu quero falar que as estratégias que nós temos que fazer. Como a Mila falou, nós temos que estar em todos os lugares e principalmente trazendo recorte do nosso Estado, como nós vamos ficar mais pobre. Eu sempre falo; não somos poderosos, nós vamos ficar mais pobres, e não somos só nós servidores públicos, não é muita gente que se acha que servidor público é rico, e não é, porque quem são, são os grandes bancários, banqueiros, os trilhões que estão aí. Então, tem muito debate sendo feito, mas, eu penso, como o Kelvin colocou, trazer o recorte do nosso Estado, como está sendo feito nas Câmaras, esses debates, eu acho que nós temos que trazer a nossa realidade, como vai ficar os trabalhadores rurais, principalmente as mulheres, não só as trabalhadoras rurais, mas, as mulheres em si, como nós somos sempre as que ficam ganhando menos, as que sempre são... Mas, quando a gente vai para a luta, a gente muda, e quando querem o nossos votos, nós fazemos a diferença, e nesse Estado, nós somos a maioria. Então, mulherada, nós temos que cobrar de todos esses parlamentares, tanto os nossos parlamentares os 24 daqui, como os federais, como os senadores, o posicionamento deles para que o nosso Estado, que é rico, não fique mais pobre e não seja novamente, como eu sempre falo manchete de Fantástico, manchete de jornais com as violências que a gente vê e com tanta coisa, como essa Reforma, que a gente não quer, que é violenta também para os trabalhadores e para as trabalhadoras. Então, o que eu

queria só reforçar, Deputados, aqui, parabenizar nossa Casa, me sinto, porque eu sou servidora há trinta e poucos anos aqui e espero aposentar, quero ter uma aposentadoria. Estou torcendo, lutando para isso, nosso Sindicato também. Mas, queremos que todas as instituições que estejam presentes aqui, façam um documento, façam outdoor, vá para rádio, façam live, faça o que puderem, mandem e-mail, como a nossa Federação está mandando para todos os Deputados de todo o Brasil, para que não votem nessa Reforma. Essa Reforma que não é favorável aos trabalhadores e trabalhadoras, é muita coisa. Eu parabenizo a OAB, ao DIEESE, essas informações são importantíssimas. Eu acho que se a gente puder disponibilizar, as instituições fazerem o debate, mesmo que seja com dois, com três, debaixo da árvore, nos ônibus, onde nós tivermos que fazer isso, eu acho que contribui mais. E nós, Rondônia, eu gostaria que a gente pudesse fazer a diferença em nível de Brasil, para mostrar que nós aqui sabemos o que a gente quer e que os trabalhadores aqui não são desinformados, que a gente tem acesso à internet, que nós debatemos, que nós temos parlamentares que votam a favor da gente e que a gente pode fazer a diferença ano que vem, que eles já estão de olho no ano que vem, na eleição e na outra eleição. Muito obrigada, e a nossa luta continua. E ninguém solta à mão de ninguém! Obrigada.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Inclusive, eu tinha esquecido de avisar às oradoras e aos oradores, que a gente iria pagar um almoço para quem de fato cumprisse com o tempo, mas está bom. Ninguém cumpriu! Gostaria de chamar Maria Cavalcante, assessora da FETAGRO, por três minutos, sem direito a aparte.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - É verdade. Nós tínhamos combinado, para quem cumprisse aqui o horário certinho, a gente pagaria o almoço. Mas aí, ninguém cumpriu, então vai todo mundo ficar sem comer agora.

A SRA. MARIA CAVALCANTE VICENTE - Então, vamos lá, Deputado Lazinho. Eu quero cumprimentar todas as autoridades presentes, mas, principalmente esse povo lindo que veio aqui debater. Iniciando, dizer na minha fala, que aposentadoria não é um sistema de capitalização e sim de proteção social. Eu vou falar de um lado que eu trabalho a longos anos, que é o do envelhecimento. Então, alguns dados são imprescindíveis trazer aqui. A PEC 871, de efeito imediato, ela vai promover a revisão de 3 milhões de benefícios de aposentadoria por invalidez, 80% são de trabalhadores rurais. E já estão recebendo a cartinha para devolver integral o que receberam durante esses anos. Um grande problema que essas pessoas já passaram dos 55 anos, já estão envelhecidas e a invalidez não se alterou, piorou com o avançar da idade. Outra questão é que a população brasileira, a expectativa de vida da população brasileira é considerada 75 anos. Só que Rondônia faz parte dos três Estados que tem a pior expectativa de vida. Para a mulher, 72 anos, principalmente as rurais, que 60% delas já perderam a autonomia, tem fadiga muscular pela questão da relação da tripla e até quinta jornada de trabalho que faz. Falar de um ambiente de envelhecimento, 2030, todo mundo considera o imediato. A gente precisa pensar num País em longo prazo. Em 2030, as projeções já são que a gente vai ter muito mais pessoas acima de 60 anos, do que jovens de zero a 14 anos. Isso é 18% a mais. Morrem por ano, hoje, 5 mil pessoas acima dos 60 anos, por desnutrição, porque recebem um salário mínimo por mês. A Previdência paga 35

milhões de benefícios, 20 milhões são de aposentadorias por invalidez ou por idade, 65% é um salário mínimo. São essas pessoas que estão morrendo porque o dinheiro não dá para comprar o remédio, que é a primeira prioridade, e depois o alimento. E aí, ele acaba tendo uma alimentação que promove a desnutrição. O Brasil tem uma política de combater a desnutrição com crianças, mas, para a pessoa idosa, não pensa; essas pessoas estão exatamente no meio rural.

O que é que eu trago? Que a vida da mulher será afetada drasticamente. A Reforma aumentará a desigualdade entre homens e mulheres, principalmente no momento em que mais precisa, que é no envelhecimento. Aumentará a insegurança alimentar das pessoas idosas quando elas mais precisam ter uma alimentação segura e saudável. Muito obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Muito obrigado, Maria. A Maria tem o almoço ganho. Vamos fazer o seguinte, o senhor Expedito Neto está encarregado de pagar o almoço. Porque nós sorteamos aqui, vocês não viram, mas, nós sorteamos, eu e o Deputado Fúria.

Até parece que quem escreveu a proposta não gosta de mulher, não é? Porque mais uma vez um País machista, para nós é uma vergonha uma proposta dessas, com relação às mulheres. Isso, de coração, a gente vê isso. É muito triste isso, porque não dá para entender qual é a diferença que eles tratam as mulheres no que se refere em todos os sentidos. E nesse, mais um desses. Acho que eles nasceram de homens, não é? Deve ser só de homens, com certeza não, mas, com certeza tem algo de Tchutchuca no meio, tem!

Eu vou então, passar para a Mesa e vamos, agora, usar o tempo de cinco minutos, e eu vou cortar... Dois minutos

para a Mesa? Olha aí! E a gente vai tentar seguir o tempo... É claro que o que a Mesa teria para falar também seria tão importante quanto qualquer um que está aqui conosco, todos vocês. Mas nós temos também um prazo, e agora já são 10 para o meio dia, e nós vamos tentar fechar no prazo combinado.

Eu quero chamar o Dr. Rhafael Luis Pereira. Ele foi o último que chegou e será o primeiro a falar e vai ser o primeiro a ser cortado se não cumprir o tempo. Dr. Rhafael Luis Pereira, que é representante do Ministério Público Federal. Vou deixar para o advogado aqui, cortar. Para ver se ele tem coragem de cortar o doutor lá, não é? Então, vamos chamar o outro.

Vou colocar então, aqui vai por sorteio, Nereu Klosinski, é o primeiro. Por cinco minutos, Nereu.

O SR. NEREU KLOSINSKI - Bom dia!

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Com quatro minutos eu aviso. Não vale o almoço não.

O SR. NEREU KLOSINSKI - Ok. Vou acelerar aqui. Cumprimentando as autoridades da Mesa, parabenizando aqui os Deputados Fúria e o Lazinho e aproveitando para cumprimentar as autoridades da Mesa em nome deles. E cumprimentar a Alessandra, em nome aqui de todos outros presentes, utilizando os nomes aqui da Mesa, porque são representantes.

Para começar, antes que corte o microfone então, eu quero aqui, neste momento, lançar o abaixo-assinado aqui no

Estado de Rondônia, que as Centrais Sindicais estão fazendo, fizeram ontem, no Brasil, e a gente aproveita aqui este momento, me permitam aqui, nobres Deputados, o abaixo-assinado contra essa Reforma da Previdência. Aproveitando esse maravilhoso espaço e depois de todas essas falas, ninguém tem mais dúvida disso. E a razão desse abaixo-assinado é justamente para mobilizar a população. É esse o objetivo, mobilizar a população, que todo mundo fique sabendo e comece a se interessar a discutir o que é essa maldita Reforma da Previdência.

Eu acho que com os dados de hoje, a gente acrescenta um pouquinho mais. Porque nós, enquanto Central Única dos Trabalhadores, a nossa companheira de base aqui, Lionilda já falou, e eu quero aqui dizer também que a Central Única dos Trabalhadores está à disposição de toda companheirada aqui para fazer reuniões nos seus municípios, Audiências Públicas nos locais de trabalho, para a gente explicar para a companheirada o que é essa Reforma da Previdência, para que todo mundo se convença de que é um mal que a gente tem que cortar o mais rápido possível. E um exemplo bonitinho aqui, que a companheira Lélia, e, o companheiro do DIEESE, falaram para a gente, e a gente fez conta até durante o período da Mesa aqui, só o PASEP, o PIS/PASEP que ele reduz de dois para um salário mínimo, ele vai economizar ou vai botar no bolso dele, do Paulo Guedes, lá do time deles, R\$ 24 bilhões por ano. De quem está tirando isso? Do trabalhador. Fora as outras questões. E aproveitando, vai ser um vai e vem aqui, como o negócio é controlado e a gente não consegue, às vezes, ver isso, eu quero aqui fazer um pedido para o Deputado Lazinho e para o Deputado Fúria, que a Assembleia faça uma discussão dentro, de todos os Deputados, esses companheiros chamem os Deputados e chamem a AROM - Associação Rondoniense dos Municípios, Deputados, porque nós precisamos mostrar que quem está perdendo são os

municípios. Quem vai perder são os municípios. E o companheiro do DIEESE explicou isso muito claramente. Esse R\$ 1 trilhão que ele quer economizar, de quem que ele vai tirar? Dos municípios para ir para a mão dele, para ele dizer para quem vai. Quer dizer, os municípios, para barganhar. Quer dizer, os municípios estão achando, já que o FPM é pouco, o recurso que vai para o município é pouco, ele vai tirar R\$ 1 trilhão. Porque nós temos dados aqui, e a CUT pode fazer isso também, se dispõe a discutir isso via Escola Sindical, se for preciso com uma reunião com os Deputados e com os Prefeitos, o recurso que vai dos benefícios previdenciários para o Estado de Rondônia, é maior que o FPM que os municípios recebem. Quer dizer, se eu congelo isso, e a tendência é diminuir, é o empobrecimento dos municípios. E os prefeitos precisam saber disso! Eles têm que saber dessa situação, principalmente quem vai querer ficar na prefeitura, se candidatar a reeleição ou fazer outras situações, que a pobreza vai aumentar nesses municípios.

Então, a gente precisa fazer esse trabalho aqui para quê? Para justamente, a Assembleia, e a gente entra nas propostas aqui, que a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia se posicione contra essa Reforma da Previdência. Esse é o pedido que a gente apresenta em nome dos trabalhadores. E dizer que nós já estamos discutindo, no início da próxima semana, vamos reunir todos os Sindicatos e entidades, movimentos sociais, para que a gente defina a data e que a gente vai convocar todos os Deputados federais e Senadores para um ato grande, que eles se responsabilizem contra a Reforma da Previdência, e cobre esse posicionamento. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado, Nereu. Passou só 10 segundos. Perdeu o churrasco. Agora, sim, o Dr. Rhafael está pronto? Prontinho. Cinco minutos, sem direito a aparte.

O SR. NEREU KLOSINSKI - Deputado, o abaixo-assinado vai correr até pela Mesa aqui, quem quiser assinar.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Isso, pode passar aqui pela Mesa que nós vamos assinar.

O SR. RHAFael LUIS PEREIRA - Bom, gente, boa tarde. Eu vou tentar ser bem breve, eu preparei uma apresentação mais longa, mas, eu vou só trazer os números mais importantes.

Bom, o que chamam de rombo da Previdência é essa diferença entre o que é arrecadado pelas pessoas que contribuem para a Previdência e o que é pago de benefícios. E aí, em 2018 deu esse valor aí, R\$ 586 milhões de despesa, R\$ 391 milhões de receita, o déficit de R\$ 195 milhões. Só que quando a gente olha mais de perto esses números, a gente identifica, se fosse só esse o critério para a gente identificar o que é um rombo, um déficit da Previdência, a gente repara que tem muita distorção. Se você olhar ali, as despesas com os benefícios urbanos, que é o que a maioria da população recebe, ela é quase igual à receita. Quer dizer, a diferença entre despesa e receita é muito pequena. Do rural é maior, mas aí já é uma questão de, enfim, benefício social concedido ao trabalhador rural; do servidor civil é um pouco menor e do militar é absurdamente discrepante. Se você observar, inclusive, entre os anos de 2008 e 2015, a Previdência, o recolhimento de contribuições

da Previdência do trabalhador urbano em relação aos benefícios pagos, era superavitário, se você observar os servidores públicos civis, é mais ou menos a metade. Só que isso já está equacionado, inclusive pelas Reformas da Previdência de 2003 e 2013. Está previsto que até 2040, a Previdência do servidor público se equipara, despesa e ganho. Já dos militares, se você observar, é a que tem a maior diferença entre os benefícios pagos e a contribuição. Então, se existe uma distorção e um rombo real, a gente tem que começar por aqui e não por ali.

Agora, o que acontece? Já foi feito um estudo, inclusive foi uma tese de Doutorado da Dra. Denise Lobato, que estudou isso desde 1990, dizendo o seguinte: a seguridade social é um sistema, não existe só a Previdência. É um sistema que envolve saúde e assistência. E ela tem várias fontes de custeio, as contribuições previdenciárias, que é a única coisa que se conta para se falar de Reforma da Previdência, a contribuição para o financiamento da seguridade social, CONFINS, PIS, PASEP, Receita de Recurso Prognóstico e a antiga, falecida CPMF. Fora os recursos de impostos que não são afetados. O cálculo, em 2012, é que descontadas, inclusive as despesas com saúde e assistência, havia um superávit de R\$ 78 bilhões. Em 2015, ele caiu para R\$ 20 bilhões, da mesma forma que caiu a relação da contribuição urbana, por conta do quê? Da crise econômica que diminuiu os empregos formais e diminuiu a arrecadação com o sistema de Previdência. Então, aquilo que sempre se dizia, gerando mais empregos você consegue, de certa forma, reverter esse chamado déficit, é fundamental.

E aí, a gente também tem que olhar, falar sobre a DRU, que alguém citou aqui, Desvinculação de Receita da União. Dizem que tem um rombo gigante na Previdência, mas, esse

ano, o Decreto 9.699/2019, desvinculou R\$ 606 bilhões, lembre-se que o déficit, o alegado déficit era de R\$ 195 bilhões do orçamento fiscal e da seguridade. Ou seja, o que era destinado para cobrir, em tese, esse rombo, é destinado para cobrir outra coisa. O quê? A Previdência Social? Não! 42,43% da dívida do orçamento da União, que é o quê? Juros e amortização da dívida, Banco, mercado financeiro, Bolsa de Valores. É por isso que quando a gente fala, quando a Reforma da Previdência está para ser aprovada, a Bolsa sobe: "maravilha, vão pagar a gente!". Os grandes devedores da Previdência têm essa soma, hoje em dia a gente calcula em R\$ 476 bilhões. Em tese, não seria uma grande receita, fatia, mesmo cobrando tudo não cobriria o chamado rombo. No entanto, tem esse número da sonegação, que é estimado, R\$ 150 bilhões, no entanto, tem esse número da Sonegação que é estimado R\$ 150 bilhões por ano e tem outra coisa que a gente chama de Renúncia de Receita Fiscal que é o que deveria ser pago,...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Um minuto.

O SR. RHAFAEL LUIS PEREIRA - Já vou concluir. O que deveria ser pago todo ano, mas, o Governo de certa forma abre mão, para que R\$ 354 bilhões por ano para o que é 30% da Receita Líquida e cobriria o rombo da Previdência de longe.

Os principais pontos da Reforma, a idade mínima 65 anos que extingue a aposentadoria por tempo de contribuição. Cálculo do benefício das pessoas que têm invalidez não referente à invalidez do trabalho é de 60% do valor original. Aposentadoria Rural uma crueldade com as mulheres é igualado à idade 60 anos para homem e para

mulher. Professores, então também, elevam-se Professor, Policial Civil e Agente Penitenciário e eleva-se o tempo de contribuição e a idade mínima. As regras de transição também são cruéis.

Uma coisa quando a gente considera o seguinte, o artigo 7º da Constituição diz: "que é um direito, é uma garantia fundamental a aposentadoria", e, o art. 201, "a cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada". Isso aqui a tabela de expectativa de vida do homem, da mulher é um pouco maior, mas, do homem por Estado. Se a idade mínima para qualquer pessoa se aposentar, 65 anos, de cara a gente tem abolido o direito a aposentadoria das pessoas que nascem no Maranhão, no Piauí, em Alagoas, chegando um pouco, e tem um gatilho também não sei se vocês sabem; a idade para aposentar vai mudar de acordo com a mudança da expectativa de vida.

Então, normalmente, a expectativa aumenta nos grandes centros e fica pior nos Estados menos desenvolvidos. Então, até ali a Bahia mais ou menos, a gente tem como abolida na prática o direito aposentadoria da população, que é 68 a expectativa de vida do homem. E, sem falar que a gente tem diferença entre meio rural e meio urbano, meio rural a expectativa de vida é muito menor.

Na prática, isso gera uma inconstitucionalidade em minha opinião e essa vai ser, inclusive, uma opinião defendida num primeiro momento pelo Ministério Público Federal a gente criou, inclusive, um Grupo de Trabalho sobre Reforma da Previdência e caso ela seja aprovada, a gente vai entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Primeiro por abolir o direito a aposentadoria; e segundo, por diminuir a garantia do mínimo existencial dos benefícios assistenciais. Mínimo existencial está previsto na nossa Constituição o salário mínimo. Se a gente colocar R\$ 400,00, a gente está jogando

as pessoas na situação de miserabilidade. E a gente também tem convenções e pactos que dizem que o direito social deve ser implementado progressivamente. A Convenção Americana de Direitos Humanos que é Lei no Brasil, fala de desenvolvimento progressivo, ou seja, em tese a gente não pode reduzir benefícios sociais a ponto de extingui-los.

Último slide, que foi algo que foi citado aqui por último, a Previdência não é um Sistema de Capitalização, desde a Constituição Democrática de 88 que o Brasil opta, aliás, desde o fim da Segunda Guerra, a maioria dos países optaram por criar uma Constituição Social, garantir direitos sociais. Então é normal, é natural, que os impostos cobrem mais de quem tem mais, de quem produz mais, o que no Brasil, às vezes, nem acontece que é um paraíso fiscal de mega rico, já que não existe imposto sobre lucros e dividendos, por exemplo, só o Brasil e a Estônia, grande exemplo, não fazem essa cobrança e não existe imposto sobre grandes fortunas e já que a gente está num Estado Social, é normal que a despesa do Estado seja maior com quem dele mais precisa. O Estado não é um uma banca de negócios que em tese gera mais lucro do que despesa, pelo contrário, ele investe socialmente para que a sociedade se desenvolva e produza esse lucro. Tanto é que a gente viu que no Sistema de Previdência Urbano a gente teve superávit quando a taxa de empregos era elevada quando a gente estava a pleno emprego.

Bom, era basicamente isso que eu tinha a colocar, obrigado, desculpa ter passado do tempo e colocar mais uma vez que a posição do MPF no momento do Grupo de Trabalho vai ser encaminhada, caso, seja aprovada a Reforma da Previdência a proposta de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por conta dos motivos que a gente expôs.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado Doutor. Doutor Rhafael o senhor foi escolhido agora pelo tempo a pagar o almoço de toda a Mesa.

Dra. Karoline Fernandes, representando a Escola Superior de Advocacia - ESA, 5 minutos Doutora, por enquanto o Doutor está pagando, mas, a senhora também pode pagar, pode ter certeza.

A SRA. KAROLINE FERNANDES - Bom dia a todos é uma imensa alegria poder compartilhar desse momento quero agradecer para iniciar minha fala ao Senhor Deputado Lazinho e também ao Senhor Deputado Adailton, meu conterrâneo. É uma imensa alegria representar a Advocacia de uma forma prática. Alguns colegas já falaram, tive a enorme satisfação de ouvi-los da forma técnica como é que funcionam esses pontos específicos da Reforma da Previdência. Então, eu vou abordar uma forma prática da advocacia para que vocês também entendam como funciona do lado de cá. O tema que me foi proposto, foi sobre benefício de prestação continuada, falar sobre alguns pontos do benefício, a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e o que eu vou destacar é: há uma alteração significativa que causará um impacto muito grande, social, caso seja aprovado a Reforma da Previdência. Porque iremos saltar de 65 anos de idade, recebendo um salário mínimo para a partir dos 60 anos de idade começar a receber R\$ 400,00, ou seja, menos do que o mínimo e consequentemente haverá o quê? Um estado ainda mais alarmante sobre a miserabilidade proposta.

Então, acredito que a conscientização aqui trazida por meios de pontos específicos sobre a Reforma da Previdência, ela tem que clarear as ideias de que a Reforma da forma como está sendo proposta, não é uma reforma constitucional

primeiramente, até porque esse benefício de assistência social, ele é um benefício previsto na Constituição, artigo 203, que traz alguns princípios que devem ser respeitados, contudo, infelizmente não está sendo o quê, observado. Então, a minha participação, ela é muito breve, eu atendo pessoas que são requerentes desse benefício assistencial e de fato eu tenho visto uma preocupação muito grande de como estamos e onde iremos parar, caso seja aprovada a Reforma da Previdência e de fato o estado de miserabilidade, ele já tem que ser comprovado como um dos requisitos, só que ele vai ser ainda maior, caso seja aprovado, porque R\$ 400,00, infelizmente dá em média, R\$ 13,00 por dia; é insuficiente para a manutenção de uma pessoa, para a manutenção da sua dignidade. Então, deixo aqui alguns pontos, não quero ultrapassar o tempo, não quero pagar o almoço, não vou pagar o almoço. Mas, assim, de fato a conscientização do tema, ele é muito importante, aqui estamos com a sociedade, é muito bom vê-los e realmente saber que estamos preocupados e por meio desta preocupação é que iremos avançar e fazer a nossa parte para que aquilo que for prejudicial, seja freado enquanto podemos. Obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Muito obrigado Dra. Karoline. Continua o Dr. Rhafael com a missão de pagar o almoço, porque a senhora utilizou menos o tempo, mas, não serve para outros não, o tempo dela não serve para outro. Chamar o Senhor Aristides Veras Santos, Presidente da CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores do Brasil.

O SR. ARISTIDES VERAS SANTOS - Quero avisar o Lazineiro, que eu não pretendo almoçar hoje. Boa tarde companheiros e companheiras; a Mesa me desculpe eu não nominar todo mundo, se não eu vou ficar meus cinco minutos só nos cumprimentos.

Mas, quero cumprimentar o Deputado Lazinho e o Deputado Fúria, em nome deles cumprimentar a todos os deputados estaduais presentes e ausentes; os vereadores; lideranças da política aqui da região; cumprimentar todos os companheiros e companheiras da Mesa e na pessoa de Alessandra, cumprimentar as mulheres da Mesa e as mulheres que estão nesse plenário e os sindicalistas também, dos sindicatos, da nossa base sindical forte desse Estado de Rondônia. Para cinco minutos, eu tenho que escolher um pedaço pequeno da minha fala. Primeiro dizer o seguinte, quando os trabalhadores rurais em 1988, homens e mulheres, assalariados e agricultores familiares foram incluídos no Regime Geral da Previdência, não foi para nós um privilégio, foi à correção de uma injustiça desse Estado brasileiro. E hoje eles querem tirar a correção da injustiça que foram feitas e cometer agora com esse desmonte da Previdência, uma injustiça depois que nós superamos. O que estão querendo fazer agora, é uma injustiça com uma categoria tão importante como os trabalhadores rurais e agricultores familiares e assalariados rurais, tem que deixar claro sobre isso. O que está em jogo é o modelo de nação de Estado já foi dito aqui, nós queremos transformar o Brasil de volta a uma colônia americana, esse Estado é uma nação, o Brasil não vai permitir esse governo, nem este parlamento tornar o nosso País uma colônia americana, aqui tem homens e mulheres com dignidade, que vão lutar, têm Instituições que defendem a democracia e não é o Presidente da República que faz continência para a bandeira americana e dá as costas para a bandeira brasileira e para o povo brasileiro que nós vamos respeitá-lo à altura do que merece o cargo do Presidente da República. Nós vamos para as ruas e para lutas, para manter a dignidade do nosso povo, o nosso País tem história, o nosso País tem nome, aqui tem homens,

mulheres, índios e quilombolas, sindicalistas, agricultores, instituições democráticas que vão as últimas consequências para que o estado de proteção social, que custou vida, conquistou lutas da classe trabalhadora e da população brasileira. Companheiros e companheiras, dito isso, não podemos nos concentrar apenas na PEC 06/19, a Medida Provisória 871, é danosa, é desgraçada; ela já está fazendo uma revisão dos benefícios rurais e de todas as categoriais do ponto de vista da aposentadoria ou dos benefícios conseguidos para o portador de deficiência e outras questões também, que ataca todas as categorias, é um mal que está sendo feito, inclusive, em cima de prova material, porque indícios de fraude, o INSS já tem Lei suficiente para fazer isso, o Tribunal de Contas tem dado a sua contribuição, e a gente valoriza a fiscalização porque tem que ser feito tudo corretamente. Agora, não pode, em nome de alguns casos ditos que tem indício de irregularidades, transformar agora os sindicalistas e os agricultores, agricultores familiares como se fossem nós, os fraudadores da Previdência Social. Nós, não vamos aceitar isso não, nós queremos que o Estado e as instituições, que representam a justiça, que fiscalizam e que escolha e resolva de fato quem são os fraudadores da Previdência Social. Nós não vamos aceitar isso, mas, de jeito nenhum. Penalizar os homens e as mulheres do campo, como se fossem meros fraudadores da Previdência. Nós temos nomes, nós temos história, nós temos lutas e nós vamos lutar para continuarmos sendo respeitados. Por último, chamar para a luta, já foi dito aqui, nós já estamos na luta, essa Audiência Pública já é uma dessas lutas que nós estamos fazendo, agora é preciso ir de casa em casa, de associação em associação, de bar em bar se for o caso, de igreja em igreja, explicar para o povo o que é o mal que esse governo, e que parte desse Congresso Nacional quer

fazer com a gente. Porque companheiros e companheiras; já avançamos nesse debate, 14 partidos políticos já se pronunciaram que não aceitam que seja penalizado quem está no BPC, que não penalizem os agricultores, agricultores familiares e assalariados rurais, e que é para tirar também a história da capitalização e da desconstitucionalização da proposta da Previdência, mas, é pouco, a nossa luta é para enterrar completamente essa proposta de desmonte da Previdência Social, porque ela é desrespeitosa, ela não discutiu com ninguém. A única categoria, o único setor que foi pedido para apresentar uma proposta, foram os militares, que eu respeito os militares, mas, porque não pediram para os agricultores para a gente apresentar uma proposta? Porque não pediram aos servidores públicos para apresentar uma proposta? Só os militares tiveram direito. Então, ela é ruim na essência, na intenção, e o povo brasileiro tem que rejeitar de uma vez a proposta que está na PEC 06/19. Meu tempo já estourou, que até eu estava marcando aqui. Para concluir, companheiro Deputado Lazinho, demais companheiros da Mesa. Nós precisamos pegar na mão de cada um, a gente às vezes diz: "ninguém solta à mão de ninguém"; mas, para não soltar, precisa pegar. Quem já visitou o comércio local? Quem já visitou as igrejas independentes da sua? As associações? O Ministério Público? Enfim, todos. Lá no seu município para explicar o que vai acontecer com os municípios. E aqui, eu encerro com um recado: enquanto tem poucos ricos e milhões de pobres; nós os pobres, não vamos deixar os ricos sossegados, ter sossego, vamos estar na luta, porque os nossos filhos, os nossos netos, as futuras gerações não vão padecer a perversidade dos perversos do capital, que não enxergam o social, só querem a ganância, só querem viver, inclusive da exploração. Eles vão ter que resolver conosco nas ruas e dentro do Congresso Nacional. E a pauta é essa, nos

municípios, é lá que incomoda, é lá que eles sabem que vão perder votos, e é no Congresso Nacional, vamos entrar, estamos lá de gabinete em gabinete. E a nossa mensagem lá é a seguinte: "do PSOL ao DEM para CONTAG, não escapará ninguém". Se não abrir a porta, a gente dá um jeito de abrir, porque se não recebe no gabinete, vai receber no município, vai receber aqui no Estado de Rondônia. Esses oito Deputados, tem mulher no meio? E Deputadas, e os oito Deputados e Deputadas, têm que votar contra a reforma da Previdência. Enquanto, não vierem todos aqui ou se pronunciar lá no gabinete, mandar uma mensagem para as bases, a gente não vai descansar, se ele não recebe a gente lá, vão receber a gente aqui, ou dentro do avião, ou quando for descer no aeroporto, porque lá também vamos estar, para recepcioná-lo, recepcioná-lo e dizer: vote contra a reforma da Previdência! O povo não vai descansar, o que está aqui em mente, o que está aqui em jogo, é uma proposta de nação, são as nossas vidas, e as nossas vidas não são mercadorias para vender na praça, nem para vender para o mercado, porque essa proposta só quem ganha é banqueiro, banqueiro vai trabalhar, porque não vai ganhar dinheiro fácil nas costas do povo brasileiro através de uma PEC da reforma da Previdência. Vamos à luta companheiros e companheiras, pelo Brasil, pelo povo, pela classe trabalhadora.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - obrigado Aristides. Rapaz, quase que ele paga o almoço, mesmo ele não indo almoçar. Agora chamar o senhor Juscelino Durgo, é isso? Por cinco minutos sem direito aparte, com intenção de pagar o almoço.

O SR. JUSCELINO DURGO - Bom dia a todos! Na pessoa do Deputado Lazinho, Deputado Fúria, cumprimento a Mesa, claro não posso deixar de cumprimentar as mulheres da Mesa também através da nossa companheira Alessandra. Não vou cansá-los até por conta do adiantar da hora. E quero adiantar, Deputados, que não estou falando em nome do Ministério da Economia, que o Ministério do Trabalho acabou, eu sou Auditor Fiscal do Trabalho, mas, não falo em nome do Ministério da Economia. Inclusive tem uma instrução, que vem de cima para baixo, nos ordenando que não falássemos em nome deles. Então, aqui eu estou falando como, eu não consigo me desvencilhar do auditor, eu sou Auditor e tenho conhecimento e tenho como falar, e inclusive do cristão, eu sempre falo, como cristão também. Eu acho que essa questão do bem-estar social passa por essa discussão também. Então, não vou falar em nome do Ministério da Economia, infelizmente. Eu tinha uma série de coisas para falar, mas, em função de que praticamente tudo já foi discutido aqui, eu quero, antes de mais nada, pactuar e corroborar com a fala de cada Orador que me antecedeu, Orador e Oradora que me antecederam. De fato, eu concordo com absolutamente tudo que foi falado aqui. Somente uma questão que eu quero levantar, que o Júnior César, do DIEESE, fez uma exposição muito clara. Eu quero levantar uma questão, Júnior César, que é importante a gente relatar porque ela tem uma correlação, apesar de ser relacionada com a questão trabalhista, mas, ela tem uma correlação muito forte com o que está acontecendo e que, na realidade, quem está governando o País não se atentou para isso. E aí, Deputado Expedito Neto, é importante sim, a gente rever aquela questão da Reforma Trabalhista, porque ela impacta na Previdência de forma muito firme, muito forte, é a questão da Pejotização se falou da Terceirização, da questão do trabalho intermitente, mas, eles estão simplesmente

deixando de lado uma discussão que deve ser muito mais importante, que deve anteceder qualquer discussão sobre a Reforma da Previdência. Antes de discutir de fato a Reforma da Previdência, tem que discutir essa questão, aí quer Reforma Tributária. E aí, relacionada com a questão da Reforma Trabalhista, eu levanto um dado que preocupa bastante e que isso vai ter que ser discutido em algum momento. Nós temos, de 88 para 2017, tem um estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas, junto com o IDP, que estabelece que a queda da arrecadação também, da Previdência, porque nós temos isso, não há como a gente dissociar a coisa porque a arrecadação também é importante nesse contexto da Reforma da Previdência, se a gente for realizar. Nós tivemos uma queda, e continua caindo por conta da Pejotização, nós tínhamos 25% das pessoas que contribuía com mais de 10 salários mínimos à Previdência, e hoje, em 2017, nesse levantamento, caiu para cerca de 2,4%, e tende a cair mais ainda. Ou seja, a Pejotização, eu preciso explicar o que é Pejotização para vocês compreenderem. O que é isso? Trabalhadores são compelidos, são obrigados a abrirem empresas para poder prestar serviço para um tomador de serviço. São obrigados a fazer isso. Eu digo, obrigado, porque eu estive numa fiscalização num grande hospital aqui em Rondônia, e os médicos, todos eles eram PJ. Eles foram obrigados a abrir empresa para serem empregados daquela empresa, porque eu considero empregado; a gente está nessa luta, inclusive, para fazer a conversão, vamos autuar a empresa por conta de não ter o registro desses trabalhadores que não estão contribuindo para a Previdência. Então, na conversa com esses empregados, esses médicos, o que é que eles nos informaram? "Meu caro, eu não tenho dúvida de que eu preferiria ser um empregado normal". Por mais que ele pague 3%, porque o PJ paga menos, não é? Ele paga, no imposto de renda é 3%. Mas, ele sabe que lá na

frente, no futuro, ele não sabe, se ele vai estar empregado ou não, quando ele estiver mais velho. E ele tem a certeza de que se existir o Regime da Previdência Pública, que hoje nós temos, ele tem a garantia de um futuro para ele, para o resto da vida que lhe sobrar, que lhe restar, no momento que ele diz assim: 'vou parar de trabalhar, não tenho mais condições de trabalhar'; ele vai ter realmente o Estado dando condições para ele sobreviver. Ele sabe disso. E ele não quer abrir mão disso. E olha, que esses profissionais, o profissional da área de Medicina, são profissionais que têm salários elevadíssimos, todos nós sabemos disso. Nem essas pessoas concordam com a situação. Você imagina o trabalhador rural, o trabalhador que ganha um, dois salários mínimos, vai se permitir, porque mal dá para comer, mal dá para a subsistência. Como é que vai fazer uma capitalização, ele próprio? Então essa questão da Pejotização, ela vai impactar muito. Então, a gente precisa... Aí, o Deputado Expedito Neto saiu, mas deve estar me ouvindo, é importante discutir essa questão da Pejotização lá na Reforma Trabalhista, que foi feita. Tem que rever essa questão. Eu sei que está tendo, estão construindo um código trabalhista como se fosse uma CLT, estão trabalhando nisso lá no Congresso Nacional, e é importante rever essa questão. Caso contrário, nós vamos ter, já que o Brasil optou por um Regime solidário, ou seja, há um pacto social, se o Brasil optou por isso, e aí é importante que quem ganha e quem está na ativa financie quem está aposentado, se nós não cuidarmos dessa parte da arrecadação, lá adiante nós teremos problemas de verdade. Teremos problemas. O Júnior César com certeza concorda com essa questão, que eu acho que é importante os Deputados trabalharem essa questão dentro do que foi tido como Reforma Trabalhista, que eu considero que foi uma reforma trabalhista e não uma reforma trabalhista.

Então, acho que era isso que eu tinha para contribuir, esse ponto apenas para acrescentar, porque tudo o que eu tinha que falar já foi falado anteriormente. Agradecer mais uma vez ao convite do Deputado Lazinho, para estar aqui presente e dar nossa contribuição. Um abraço fraterno a todos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado, Juscelino. Chamo agora, o senhor Adriel Pedroso, representando o Tribunal de Contas. Por último, o Dr. Sérgio fecha. Depois os Deputados fecham a Audiência. Ainda tem a Alessandra.

O SR. ADRIEL PEDROSO DOS REIS - Bom dia a todos. Eu cumprimento Excelentíssimo Senhor Deputado Lazinho da Fetagro, nosso proponente desta Audiência, em nome de quem eu cumprimento os demais membros da Mesa, em respeito ao horário adiantado, e aos senhores e senhoras que estão aqui presentes. Também gostaria de cumprimentar todos os trabalhadores aqui presentes. Queria também aos palestrantes que estiveram aqui, aos Oradores; servidores públicos, identifiquei alguns aqui também; autoridades. E gostaria de pedir, já fazer uma correção, o meu nome é Adriel, e por que é que eu faço isso? Porque minhas irmãs tiveram um trabalho longo de elaborar esse nome. Então, Adiel com Ariel e formou Adriel. Então, em respeito as minhas irmãs é que eu peço essa retificação aí. Já superei isso na faculdade, na escola eu sofri muito.

Eu represento aqui, o Tribunal de Contas, fomos convidados a participar deste debate e gostaria de esclarecer que o Tribunal de Contas tem um papel fiscalizador dos Regimes Próprios de Previdência Social.

Então, o sistema brasileiro se compõe de um Regime Geral e de um Regime Próprio, basicamente. Aqui, os palestrantes falaram principalmente do Regime Geral, alguma coisa do Regime Próprio. Só para ter uma ideia, em Rondônia nós temos 52 municípios, 29 possuem Regime Próprio. Esses 29 estão sujeitos à fiscalização do Tribunal de Contas, que vem julgando as contas, fiscalizando, fazendo auditorias. Eu mesmo já participei de auditoria no Instituto de Previdência de Vilhena, que é um Instituto que vem tendo um desempenho muito bom, e 23 não possuem. Então, por exemplo, o município de Cacoal não possui Regime Próprio. Então, o servidor público lá se aposenta pelo Regime Geral como qualquer trabalhador, como todos os trabalhadores em geral. Estou apenas colocando em nível didático, para entender. Então, o Tribunal, quando um servidor de Vilhena se aposenta, é obrigatório que esse ato venha para que o Tribunal fiscalize a legalidade desse benefício. Já de Cacoal não. Então, só para a gente exemplificar e entender o papel do Tribunal de Contas, como órgão técnico, fiscalizando as contas, a aplicação, a receita arrecadada, a despesa paga, a concessão dos benefícios e a legalidade dele ou não. Sou servidor há 25 anos, servidor público, inicialmente na União, depois vim para Rondônia para morar, para colaborar, para construir, para ajudar e aqui a minha família está constituída, meus três filhos e gosto muito deste Estado. Não tenho nenhuma pretensão de sair daqui, gosto muito de Porto Velho e deste Estado. E também gostaria de destacar que hoje, aqui, pelo ofício, nós estamos debatendo basicamente aquilo que a Reforma vai afetar, ao BPC, aos trabalhadores rurais. Eu sou filho de trabalhador rural, vivi muito tempo na zona rural, então sei as agruras, carreguei leite, tirei leite, carpi terra. Então eu sei as agruras de ser trabalhador rural, não tanto aqui de Rondônia, porque o clima é diferente, a

produtividade é diferente, mas, sei o que é ser trabalhador rural. Mas, já queria lançar um desafio. Tinha até uns colegas meus aqui, eu até comentei, de uma Audiência Pública em relação ao regime próprio. Rondônia tem um regime próprio, o Estado de Rondônia, e existe muita coisa como pode ser visto ali, que será alterada para os servidores públicos. E nós temos um déficit atuarial comprovado tecnicamente, de R\$ 12 bilhões. Para ter uma ideia, o PIB de Rondônia, tudo que se arrecada no Estado de Rondônia são R\$ 8 bilhões. Seria preciso ter um PIB e meio para cobrir o que precisa para todos os servidores se aposentarem, todos os militares estaduais que também fazem parte do Regime Próprio do Estado de Rondônia. Então, desafio pelas diferenças dos Regimes, diferenças de requisitos, de benefícios, como esta Audiência aqui está focando, principalmente os trabalhadores rurais, BPC e a reforma no Regime Geral como um todo, quem sabe, Deputado, uma Audiência específica para os servidores públicos para se discutir mais amiúde, aí quem sabe convidando também alguns Deputados para discutir a questão do regime próprio.

Após lançar esse desafio, eu gostaria que, como integrante de um órgão técnico, não vou expor nenhuma posição política e nem da Instituição, mas, como alguém que estuda esse assunto há mais de 11 anos, desde que eu entrei no Tribunal, eu trabalhei especificamente nessa área de atuação. Sou Conselheiro do IPERON, fui Conselheiro também do Conselho Superior Previdenciário do Estado de Rondônia, que é formado pelo Chefe dos Poderes e um representante dos servidores, que por um ano, foi eu. E, por isso, basicamente, a minha área específica de atuação é Regime Próprio. Por que a Reforma da Previdência? Então, dando destaque à questão do Regime Próprio, como já antecipei, nós temos um déficit elevado, isso é provado tecnicamente, matemática pura e simples, aplicada à estatística e

ciências atuariais. Como é que nós percebemos isso? Do ano de 2017 a 2018, o IPERON possuía em aplicações, num determinado Fundo, um bilhão e meio. Hoje, ele tem R\$ 900 milhões. Por quê? Porque a receita não foi suficiente para pagar a despesa. Então, você vai lá, retira da aplicação, baixa, e paga os benefícios, cumpre com as obrigações. Então, seguindo nessa marcha, há uma perspectiva, de acordo com o estudo atuarial de 2020, haver déficit financeiro. O que é isso? É o que outros Estados e municípios já estão vivendo. Significa o quê? Não ter receita suficiente, e aí a receita dos Regimes Próprios se resume à contribuição do servidor e à contribuição patronal basicamente, e o resultado das aplicações financeiras. Se não tem aplicação financeira, não tem mais nada, nenhuma receita além dessas.

Então, há necessidade de se fazer alguma coisa. É esse o ponto em que eu deixaria aqui, a reflexão de que se faça alguma coisa.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Um minuto, doutor.

O SR. ADRIEL PEDROSO DOS REIS - Pois não. Sem emitir opinião em relação à Reforma que está aí posta através da PEC 6, mas, o aumento da expectativa de vida da população existe, é fato comprovado, estudos demográficos. Expectativa de sobrevida, que é diferente. É o tempo que a pessoa vive após a aposentadoria. Então, é a expectativa de sobrevida. E em relação ao aumento da despesa, a proporção é grande. Eu diria que em progressão geométrica a despesa, proporção aritmética à receita. Há também, em razão disso, isso é perceptível, uma queda de investimentos

em saúde, em educação, segurança, transporte e educação. Isso é visível.

Então, para finalizar, eu digo como técnico, como alguém, como colega dos servidores aqui presentes, que estuda esse assunto há 10 ou 11 anos, como eu falei, é necessário fazer alguma coisa. Talvez essa PEC que está aí ou quem sabe a anterior do ex-presidente Temer e a que foi proposta no Congresso Nacional não seja a melhor, mas é necessário fazer algo, por que não é apenas aposentadoria e pensão que se paga com as contribuições do Regime Geral e Próprio. Se paga também auxílio-doença e aqui em Rondônia se consome uma fatia muito grande em auxílio-doença. No Regime Geral tem auxílio-acidente. Então, existem outros benefícios também que entram nessa conta. Então, o papel do Tribunal tem sido a fiscalização, tem intensificado cada vez mais, vai intensificar mais, tem reprovado contas, tem condenado gestores de RPPS que não têm atuado corretamente, tanto na receita como na despesa ou nas aplicações dos recursos. E, basicamente, eu gostaria de agradecer o convite e dizer que o Tribunal tem atuado nesse sentido junto à Assembleia, um órgão auxiliar no sentido de atuar, de forma técnica e é isso que nós gostaríamos de deixar esse recado: há necessidade de se fazer alguma coisa. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Muito obrigado, doutor. Pode botar a mão no bolso porque o almoço agora é do senhor. Já ultrapassou o Dr. Rhafael. Dr. Sérgio Muniz e, por último, quem vai fechar é a Dona Alessandra, Presidente da FETAGRO. Cinco minutos, eu vou marcar, doutor.

O SR. SÉRGIO MUNIZ NEVES - Boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar a Mesa nas pessoas dos Deputados Lazinho da Fetagro e Adailton Fúria. Gostaria de cumprimentar todos os presentes aqui. É com muita satisfação que eu vejo esta Casa de Leis aqui cheia. Significa que a população está realmente preocupada e se preocupando com esse tema. Tema esse, Deputado Lazinho, que desde já eu parablenho os senhores, tanto o Deputado Lazinho como o Deputado Adailton porque é um tema extremamente importante, não só para o presente, mas, para o futuro de todos nós brasileiros. Isso afeta todo brasileiro. Isso afeta, inclusive, os brasileiros que ainda sequer nasceram. É um tema extremamente importante, extremamente relevante e eu acho que a população brasileira tem que participar. Participar não só através dos meios oficiais de representatividade, que são os Deputados, os Senadores, mas também, como disse uma pessoa que estava aqui na plateia, participar indo para as ruas também. Demonstrando a vontade popular não só através do Congresso Nacional, mas através das ruas. Gostaria também de aproveitar esta oportunidade, Deputado Lazinho e Deputado Fúria, para agradecer a esta Casa de Leis pela receptividade que sempre recebe a Defensoria Pública de braços abertos a Defensoria Pública é muito grata a esse reconhecimento do trabalho que a Defensoria faz, e, eu gostaria de deixar claro a todos aqui que a Defensoria Pública está de braços abertos para ajudá-los no que for possível dentro das nossas atribuições institucionais que é atuar fazendo a defesa das pessoas que não têm condições de pagar com advogado.

Segundo estudo recente, Deputados, aqui no Estado de Rondônia nós temos mais ou menos um milhão e meio de habitantes e desses um milhão e meio, um milhão e cem mil pessoas são potenciais assistidos, potenciais clientes da

Defensoria Pública, ou seja, quase que a maioria esmagadora do Estado de Rondônia não possui condições de arcar com os honorários, se for buscar a justiça, muito menos pagar um advogado. E Deputado Lazinho, como eu prefiro não pagar o almoço eu já encerro a minha participação por aqui. Muito obrigado a todos e encerro por aqui.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado Doutor. Antes de passar para Alessandra, só lembrando assim, nós posteriormente, a Ata vai ficar pronta, porque não vai ficar agora dada a nossa realidade aqui do local para vocês terem uma ideia, esse é o primeiro evento realizado neste local da Assembleia Legislativa. Então, nós estamos abrindo o evento. E por isso eu quero desde já agradecer todos os técnicos, toda a equipe aqui da Assembleia que trabalhou a semana inteira, aliás, as duas últimas semanas para deixar isso aqui no mínimo de condições para a gente estar aqui, mas, aí posteriormente vai ser concluída a Ata e nós vamos encaminhar aos representantes da Mesa para colher assinatura, para a gente poder depois o Deputado Fúria vai encaminhar a nossa proposta final.

Com a palavra a Sra. Alessandra, Presidente da FETAGRO, pelo prazo de 5 minutos com direito a pagar o almoço se ultrapassar.

A SRA. ALESSANDRA LUNAS - Com todo o prazer, vocês estão todos convidados a almoçar na FETAGRO.

Gente, eu queria aqui já de início cumprimentar de maneira muito carinhosa, especial a todas as mulheres, nós estamos aí na primeira semana de abril, mas, queria aqui

ainda aproveitar esse momento para cumprimentar de maneira muito carinhosa a todas as nossas companheiras de lutas que se encontram aqui nesse Plenário, que durante o mês de março fizeram já um brilhante, força, esforço, resistência, em todos os Estados desse País já dizendo posicionamento das mulheres com relação à Reforma da Previdência.

Queria também de maneira muito especial saudar a todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais aqui presentes em nome dos nossos Presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais aqui, e em nome destes também já aproveitar e estender a saudação a todos os companheiros também dirigentes aqui da FETAGRO, meus companheiros de trabalho e em especial, Deputado Lazinho, é difícil uma atividade onde estão os Ex-Presidentes da FETAGRO, faltando a Isabel só hoje. Está aqui o companheiro Anselmo, a quem eu tive a honra de suceder na Presidência da FEETAGRO, daqui o Lazinho que me sucedeu depois quando eu fui para a CONTAG, está aqui Fábio também que sucedeu o Lazinho e hoje eu tenho a honra de suceder, enfim, um momento bastante especial para a gente, eu acho que esse debate aqui, é a força que significa a nossa história de luta, inclusive, em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Eu queria também aqui dizer para o Aristides e para o Júnior, Aristides mais uma vez seja muito bem-vindo ao nosso Estado, o Júnior acho que é a primeira vez, mas, o Júnior é uma pessoa que contribui conosco permanentemente até porque é da seção do DIEESE, na CONTAG. Então, assim, está historicamente comprometido com esse trabalho e a gente demanda enfim e o nosso Presidente da CONTAG, é muito importante ter a sua presença nesse momento, até porque as audiências públicas estão acontecendo no País inteiro, tem sido aí a mostra, inclusive, o esforço que a gente tem feito. E aproveitar aqui em nome do companheiro Nereu, saudar também a todos os

demaís dirigentes aqui presentes, de luta, dos sindicatos, de outras organizações da Via Campesina, enfim, e em nome dos Deputados aqui, Lazinho, meu companheiro de luta de muitos anos, que sempre, prontamente é a nossa voz aqui dentro desta Casa, os demais não fiquem com ciúme mais, da parte da FETAGRO, a nossa prata da Casa; o Deputado Adailton Fúria também, prazer poder contar também nessa somatória; Deputado Neto, essa semana conversamos bastante lá em Brasília, nós estivemos fazendo uma rodada grande já lá nos gabinetes dos Parlamentares federais, Deputados Federais e Senadores, reforçando não só a importância de que pudessem estar aqui conosco nessa audiência pública, mas já trazendo subsídios do nosso posicionamento com relação aos trabalhadores rurais e os impactos nesse processo. Subsídios aí que eu espero que vocês possam compreender bem desse processo e todos que nos receberam, disseram do seu compromisso com esse processo e é muito importante. Alguns não tiveram tempo para nos atender, mas como disse o Aristides, nós vamos voltar lá, nós continuaremos à conversa. Mas, para início aqui de conversa, eu queria dizer o seguinte; eu fiquei muito revoltada, e eu acho que todos vocês, mas, do que repercutiu aí na mídia essa história do tigrão e da tchutchuca, mas, a minha revolta, já nas primeiras frases quando eu ouvi do Ministro dizer que quem não está compreendendo que tem que fazer reforma da Previdência nos moldes que eles estão propondo, precisa ser internado, porque são insanos. Lembram disso? E eu queria aqui dizer, aproveitar essa audiência pública, Deputado Lazinho, para dizer, nós não somos insanos, muito pelo contrário, nós temos clareza do que significa isso para a vida dos trabalhadores e trabalhadoras desse País que é quem sustentam essa Nação. Então, isso é a primeira coisa que ele precisa saber. Segunda questão, a

desconstitucionalização, palavra difícil para a gente dizer, nós queríamos aqui deixar claro, Aristides já trouxe ali. Não está começando a Reforma da Previdência, no caso dos trabalhadores rurais, Deputado Lazinho, não se está começando a Reforma da Previdência com a PEC 06, ela começou a ser feita em janeiro quando iniciou o processo e a emissão da Medida Provisória 871, por que ali ela já está mudando as regras para os trabalhadores rurais. O Governo achou que ia dá um grande recado para os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, tirando a declaração como comprovação de atividade e a gente tem dito para os trabalhadores: "Tá muito enganado!" Porque pelo contrário, esse é um sim, um crime que ele já está fazendo, porque a declaração que o sindicato fazia é exatamente botar também ali a nossa contribuição, coisas que às vezes esse trabalhador, pelas exigências que já se tinha, não conseguia cumprir, não é Anselmo, o saco de documento exigido de 15 anos. Isso nem sempre por culpa dele, pelo próprio processo, inclusive, que historicamente sempre foi de desconstrução das políticas públicas no meio rural, que a gente mal conseguiu dar alguns passos, já fazendo a diferença nos últimos períodos. E aí tirar a declaração do sindicato, a gente viu nos municípios, é uma campanha geral de mídia, para dizer inclusive: "Ah, o sindicato agora vai fechar!". Vocês devem ter ouvido isso, e a gente tem dito pelo contrario, nós temos o triplo, o quádruplo de trabalho, porque o que estão fazendo com os aposentados, e, aposentadas, não só rurais. E os companheiros aqui que são de outras categorias sabem disso. Uma das portas que eles acham lá permanentes, no seu município para bater e pedir socorro do que eu faço, é a porta do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. E não vamos só apoiar os rurais não, para todos que precisarem de ajuda nisso, porque dizer para o trabalhador que ele tem, Deputado Lazinho, vai ser notificado via

online, queria enfatizar isso aqui. Para os trabalhadores rurais isso já é um impacto imenso, qual é o idoso do campo que está lá conectado o tempo todo via online ver a notificação? 10 dias, se ele não apresentar o documento, terá o benefício bloqueado, e isso não é só para os rurais, é para todo mundo, e se em 30 dias ele não conseguiu ainda apresentar o documento solicitado, que agora todo mundo virou suspeito de fraude, é isso que eles estão fazendo com a revisão, em 30 dias o benefício não existe mais. É cessação do benefício, ou seja, no mínimo para tornar fazer todo o processo, e no caso dos trabalhadores rurais está levando hoje em média seis meses. Então, o Governo sobre o discurso que ele vai economizar 85 bilhões com essa revisão, com a 871, ele está tirando nas costas dos aposentados, e nós precisamos entender isso. Então, nós temos feito campanhas sim nos municípios, indo para rádios, indo para os espaços, para dizer, inclusive, o nosso posicionamento que parece que é um problema só tirar a declaração, não, não é só uma perseguição com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais cometidas nesse processo, mas, sim a retirada do direito de muitas pessoas e o Governo descaradamente nesse processo se colocando aí. Então, e não basta, como disse o Aristides, chegar agora lá no Congresso e começar a dizer: "não, não vamos mexer com os rurais". Já nas primeiras audiências, o Deputado Neto dizia: "a gente já ouviu hoje que não vai mexer com os rurais e também com BPC". Isso, a gente está ouvindo desde lá do Temer e não é verdade, o tempo todo está na mesa. Então, não bastar dizer que não está na PEC, porque o que eles já estão tentando fazer é também se desconstitucionalização passar, vão mexer por medidas complementares como já estão fazendo com a 871 e isso nós não podemos admitir. Outra questão que eu queria trazer, Deputado Lazinho, quando fala do valor que aumenta, porque aumenta para mulheres a idade, tanto rurais como

urbanas, muda a forma de contribuição, aumenta o tempo também de comprovação e como se não bastasse, a gente está ouvindo no Estado: "mais são R\$ 600,00, esse o pessoal para de chorar". Parece que é tão pouco, por ano, para um grupo familiar. Sabe o que significa isso? Se a gente colocar assim; o e-mail do FUNRURAL lá que é recolhido, significa a família, no mínimo; pegando aqui a história do leite que é a principal cadeia que o Estado, a gente consegue, todo mundo, é a principal produção às vezes na força da mão da agricultura familiar. Sabe quanto que precisa tirar de leite por dia, se ele só tiver o leite como renda? 140 litros de leite por dia, para dar os R\$ 600,00/ano que a Previdência está cobrando. Então, cada trabalhador rural que está me ouvindo aqui sabe o que eu estou dizendo, não é a realidade da ampla maioria dos agricultores familiares desse Estado, então, é importante a gente ter muito claro isso. Outra coisa eu queria trazer, porque além dos impactos na Previdência Rural, que quem antecedeu também já trouxe e são muitas coisas, a gente ter claro que nesse processo agora, e chamar a atenção, inclusive, para a nossa unidade enquanto organizações de luta da classe trabalhadora desse País, e, diversos sindicatos que estão aqui; não é só, Deputado Lazinho, na mexida aí na Previdência nesse momento, nós temos que estar atentos a tudo ao mesmo tempo, porque a 873, inclusive, é um intervenção direta no movimento sindical desse País, eles estão tentando também nos derrubar e enfraquecer aquele instrumento de luta que atrapalha, o dos produtores rurais começou na 871; a 873 é para todo mundo. Então, os trabalhadores precisam entender, não só nesse momento ao enfrentamento da Reforma da Previdência, mas, também a 873, coloca todos os trabalhadores em maus lençóis.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Conclua companheira.

A SRA. ALESSANDRA LUNAS - Concluindo companheiro. Eu sempre costumo dizer, diz que tem um direito do tempo dado e o conquistado, eu sei que ele é bem melhor. Mas, assim, a gente dizer que essa preocupação para nós, ela é forte por quê? Nós precisamos olhar inclusive aqui nesses retrocessos, Rondônia, já foi dito aqui perde muito. Eu queria só trazer o último dado de comparação. Dos 2 milhões, dos 2 bi e meio que a Previdência colocou aqui, em contraposição, o FPM, colocado nos municípios, mais de 70% dos Municípios de Rondônia, que já foi dito que é menor do que a Previdência coloca, a Previdência conseguiu colocar 758.9 milhões no Estado de Rondônia. Portanto, a campanha que nós já fizemos; inclusive, os nossos sindicatos ontem fizeram uma incidência, nos gabinetes dos prefeitos que estarão na marcha dos prefeitos semana que vem, para eles irem para Brasília, também Deputado, com esse pacote na mão, para eles entenderem o que significa o que nós estamos falando. Porque essa briga, não pode ser só nossa, dos trabalhadores, mas, também colocar os prefeitos nessa briga. E no caso de Rondônia a Previdência Rural desse processo, ela é ainda mais significativa, porque a maioria dos benefícios nesse Estado, também apesar de ser menor valor de salário. Por fim Deputado Lazinho, dizer; não são só as medidas provisórias, no caso da agricultura familiar, as políticas como um todo estão paradas nesse País. E é importante que todos os trabalhadores saibam disso, parou a política de regularização fundiária, parou a política de habitação rural, parou a política; Plano Safra, só Deus sabe o pacote que está lá, não é Aristides, toda briga dentro dele. Então, nesse momento, é um pacote de

retrocessos que nós temos, e eu quero dizer aqui para encerrar, além de todas essas lutas, disseram para a gente que tinha que adiantar a Marcha das Margaridas para antecipar para o ano anterior, porque a reforma ia acontecer enfim. Estamos no momento certo, agora começou na CCJ, essa semana, tem quarenta sanções para andar na Comissão Especial, e quando nada, se as coisas andarem no ritmo que está lá, Deputado, vai chegar à data 13, 14, de agosto, na data da Marcha das Margaridas, deve estar no Senado. Portanto, eu queria para encerrar, conclamar, não só as mulheres, é a nossa principal ação de mobilização, não só da CONTAG, porque nós envolvemos a Marcha das Margaridas hoje, é a voz, não só das mulheres, de todos os trabalhadores, que nós estaremos juntos em Brasília, e juntos nós estaremos lá fazendo esforço para enterrar de vez essa Reforma da Previdência. Obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado Alessandra. Está vendo porque eu deixei a Alessandra por último. Que ela ia dar um mau exemplo danado aqui na Mesa. Doutor, muito obrigado, muito obrigado mesmo, muito obrigado. Nós vamos, sem mais delongas, passar para o Deputado Federal Expedido. E quero já agradecer aos nossos palestrantes, a Dra. Lélia, o Júnior, muito obrigado por vocês terem contribuído conosco, uma salva de palmas. E passo então, antes de depois agradecer a Mesa, para o Deputado Expedito.

O SR. EXPEDITO NETO - Ele já está preparado com o meu tempo aqui cronometrando. Gente, falar depois da Alessandra, é meio complicado, uma mulher muito aguerrida. Eu vim lendo de ontem para hoje, e você sabe que esse

material, estava falando aqui para o Deputado Fúria, eu falei leia, leia porque o material tem muito conteúdo bom, conteúdo técnico e conteúdo que você vai poder usar nos seus debates. Para a gente poder criticar, nós temos que ter conhecimento sobre a matéria. Alessandra, eu acho que um dos principais pontos, você estava falando muito sobre a agricultura, afinal de contas você, representante junto com o Deputado Lazinho, representando a FETAGRO. Hoje aqui dentro desse plenário, nós temos a agricultura familiar, o que é agricultura familiar, e o que é o agronegócio? A diferença entre o agronegócio e agricultura familiar, é muito simples; agronegócio é aquele que vende carne para fora, agricultura familiar, é aquele que coloca o alimento de manhã, de tarde, de noite na boca do rondoniense e na boca do brasileiro. Então, Deputado Lazinho, tem muita diferença entre agricultura familiar e agronegócio. E neste momento, infelizmente, o nosso Presidente está preocupado com o agronegócio e não com a agricultura familiar. E não com os trabalhadores que realmente colocam o alimento e fazem o nosso Estado e o nosso País crescer. Gente, eu já deixei muito claro que eu sou ao lado do trabalhador, que eu sou ao lado do trabalhador rural e que eu vou estar ao lado de vocês. Mas muita gente me pergunta: "você deve estar sendo contra a Reforma da Previdência para manter todas as suas benesses, todos os seus direitos conquistados, dos políticos aí e que precisam se aposentar com um grande salário". Eu gostaria de deixar muito claro, a toda população, no momento que aparecer a emenda e que tiver a votação da Previdência Privada ou Pública, a Previdência dos políticos, pode ter certeza que o meu voto será favorável. A essa Reforma eu voto, a de vocês não. É muito simples. Então, para aquelas pessoas que falam que eu estou lá para defender os meus direitos e as minhas benesses, podem ter certeza que eu não estou lá para

defender direito de deputado. Eu não estou lá para defender... Uma qualidade que eu tive muito grande, foi de nunca ter dado a palavra e nunca voltar atrás com a minha palavra. Alguns políticos, no mandato passado, vinham, faziam reunião com vocês, participavam das reuniões no SINTERO, iam lá, davam a palavra, falavam que iam votar de uma forma, e quando vocês assistiam, quando vocês ficavam sabendo das votações, porque hoje todo mundo tem acesso do que acontece dentro do Congresso Nacional, vocês viam que infelizmente, o deputado ou o senador faltou com a palavra e voltou atrás. Eu, todas às vezes que dei minha palavra, eu nunca voltei atrás! Eu nunca fugi de uma boa briga! E podem ter certeza que não vai ser agora que eu vou começar! Eu sempre estarei ao lado do trabalhador. Muito obrigado a todos vocês. Fiquem todos com Deus e tenham todos, um ótimo dia.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Bom, gente, chegou minha vez, não é? Bom, primeiramente eu gostaria de agradecer mais uma vez a participação de todos vocês, da nossa Mesa, pessoas qualificadas que passaram por aqui, colocando seu ponto de vista, apresentando números, e é isso que a gente precisa, de um trabalho mais técnico. Acredito que boa parte dos senhores aqui, nunca ouviu falar em mim, eu sou lá da cidade de Cacoal, meu nome é Adailton Fúria, Adailton Antunes Ferreira, mas, fui apelidado como Adailton Fúria, devido eventos que eu trabalhava lá na cidade de Cacoal. Não estou aqui porque meu pai foi político, porque minha mãe foi política, ou algo dessa natureza. Eu cheguei aqui por um mérito de um trabalho prestado na cidade de Cacoal, quando eu era vereador. E agora eu tenho a grande missão de prestar um trabalho como deputado estadual. Estou presidindo uma das Comissões mais importantes desta Casa,

que é a Comissão de Saúde e nós estamos aqui debatendo muita coisa, como o fechamento do Hospital João Paulo II, que eu quero, ao final do meu mandato, poder passar na frente daquele prédio e dizer assim: "quem ajudou a fechar as portas desse prédio fui eu". Dizer a vocês que também, na mesma Comissão, faço parte da Assistência Social, nós temos também, nessa mesma Comissão, assuntos que debatem a Previdência.

Mas dizer a vocês que nós precisamos levar uma mensagem à nossa bancada federal. E a mensagem mais importante que nós temos para levar desse debate, dessa Audiência que nós fizemos hoje, que a primeira Reforma que tem que ser feita neste País é a reforma do emprego, da geração de emprego e renda. Porque vai ser através do emprego que nós iremos diminuir o déficit da Previdência Social.

Outro assunto que tem que ser levado em consideração, antes mesmo de falar de Reforma da Previdência, nós precisamos levantar a reforma de quem deve para este País, das grandes empresas que devem para nós, que devem para nós que somos trabalhadores e que estamos sujeitos, hoje, de pagar essa conta que não é nossa. Nós pagamos uma conta dentro do nosso Estado que, inclusive, foi votado agora um projeto de minha autoria, que cria uma Frente Parlamentar, que é o valor da tarifa da energia elétrica. Essa tarifa não é nossa. Esse reajuste que houve no Estado de Rondônia, nós estamos pagando uma conta que não é nossa. E a sensação que nos dá é que a Reforma da Previdência, nós iremos pagar uma conta que não é nossa, como trabalhadores do Estado de Rondônia e deste País.

Nós iremos encaminhar a ata, eu farei junto com meu amigo e companheiro, Deputado Lazinho, nós iremos à Brasília, no gabinete de cada deputado federal e senador,

para apresentar esta proposta e o debate desta Audiência de hoje, no sentido de que lá na frente, não possa dizer que não sabia, votou por desconhecimento ou algo dessa natureza.

No mesmo sentido, Deputado Lazinho, nós iremos fazer uma proposta, criando uma Frente Parlamentar para defender vocês, no Estado de Rondônia, e levantar a bandeira de vocês nos quatro cantos deste Estado. Uma Frente Parlamentar de 7, 8 deputados estaduais engajados, no intuito de apresentar as propostas que aqui foram colocadas e a indignação de cada um dos senhores. No mesmo sentido, nós iremos passar para a AROM, que é representante dos vereadores e prefeitos também, no Estado de Rondônia, as duas entidades que representam os vereadores e prefeitos neste Estado, a ata desta reunião para que eles possam passar para os prefeitos e vereadores deste Estado, a indignação de cada um dos senhores aqui presentes.

E, por fim, eu não poderia deixar de falar de uma Instituição como a do INSS no Estado de Rondônia. Hoje, nós já pagamos uma conta, quando se procura o INSS de Rondônia. O INSS do Estado de Rondônia é orientado a dizer "não" aos trabalhadores que batem às portas desse INSS. E eu não vejo ninguém se pronunciando sobre esse assunto. De cada 100 pessoas que procuram o INSS de Rondônia, pelo menos 90% têm seus benefícios negados. E lá, o médico perito, que atende a população, sequer olha na cara do trabalhador para saber se de fato ele detém do benefício. Sabe por que eu digo que eles são orientados para dizer "não"? Eu sou advogado. A Justiça do Estado de Rondônia está revertendo todas as ações que o INSS nega. Se a Justiça está dizendo que o cidadão tem aquele direito, por que é que o INSS já não reconheceu lá atrás? Por que estão carregando os Tribunais deste Estado, de ações? E não estão fazendo a parte deles.

Por isso que eu digo, o INSS do Estado de Rondônia, e vou dizer do Estado de Rondônia, porque eu não sou deputado do Acre, nem do Mato Grosso para dizer como está lá. Vou dizer do nosso Estado. O INSS deste Estado é orientado a dizer "não". E nós precisamos nos levantar contra isso, porque são os nossos trabalhadores que estão mendigando direito nas portas do INSS deste Estado de Rondônia. E eu chamo vocês para esta luta, Deputado Lazinho. Vamos para cima saber por que é que negam o benefício e depois a Justiça reconhece e o INSS reconhece que realmente aquele cidadão tinha o direito. Agradeço mais uma vez a cada um dos senhores e o nosso mandato está à disposição para fazer a diferença neste Estado de Rondônia. Não sei se estarei aqui daqui a 4 anos, mas, posso ter certeza que nós iremos fazer história neste Estado neste mandato de 4. Obrigado, senhores.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado, Deputado Fúria. Vocês estão vendo por que é que o menino é bravo, não é? Repetindo, não é Tchutchuca aqui não, velho!

Gente, eu quero agradecer a todos os componentes da Mesa, Dr. Aristides, agradecer a todos; Dr. Adriel, Alessandra, a Dra. Karoline, ao Nereu, Dr. Sérgio e o Juscelino aqui presente, contribuiu conosco. Agradecer a cada um de vocês. Hoje nós temos aqui dois Deputados estaduais, eu e o Deputado Fúria, e federal apareceu somente o Expedito Neto. E todos, volto a repetir, todos foram convidados, está bom? São 24 estaduais e 8 federais e 3 senadores, e todos foram convidados. Mas, para nós não é novidade não, porque o medo de enfrentar o povo... Na época da eleição até que enfrenta fácil. Mas, nós temos que trabalhar a sensibilização desses que não vieram, para que a gente obtenha o voto deles lá. É isso que nós temos que

fazer. E muita gente vai votar ainda, não vocês, porque vocês aqui, não estão representando vocês. Vocês estão aqui representando, cada um a sua comunidade, lá onde você mora e vão levar isso para lá. É diferente. Então, eu já peço isso a vocês.

Júnior, tem um dado que eu queria saber e depois você me informa se realmente é verdade. Eu li sobre isso, inclusive, de um órgão ligado à Procuradoria Nacional, alguma coisa nesse sentido. De que a dívida, o déficit da Previdência, nos últimos 10 anos, cresceu 7%, o déficit. E que a dívida que os devedores, a dívida que ainda tem para receber cresceu 17. Eu queria que você visse se isso é verdade. Porque quando a gente fala do rombo da Previdência, se isso for verdade, não existe o que estão dizendo mais uma vez. Porque a dívida está crescendo 17%, a dívida das empresas que devem à Previdência, e o rombo está crescendo 7%. Então, tem uma diferença. Precisa ver isso aí. Eu, como sou leigo, gostaria de saber.

Mas, para a gente não delongar, é muito importante o que nós estamos fazendo aqui. Convidamos o INSS para esse evento e a informação que nós obtivemos é que eles receberam a determinação nacional de não responder nada sobre a Reforma da Previdência. Isso se chama ditadura militar ou pior que isso, como é que chama isso? Castrar o direito de a pessoa poder falar, não é? Então vocês vejam onde nós estamos vivendo e veja o que nós vamos enfrentar.

Para finalizar, gente, quero mais uma vez agradecer a cada um e a cada uma. Os encaminhamentos, o Deputado Fúria já fez. Nós vamos levar isso novamente para Brasília, nós vamos novamente pedir, nós vamos trabalhar a Frente Parlamentar aqui nesta Casa e nós vamos tentar tornar cada vez mais público aquilo que nós fizemos aqui hoje. E peço a vocês, a cada um que votou ou que não votou nos deputados e

senadores eleitos, mas, a cada rondoniense que no primeiro momento que tiver oportunidade de pedir a eles para votar contra, peçam a eles para votar contra. Peçam porque eu acredito na voz e na força do povo. O povo pedindo, com certeza o resultado pode ser melhor.

Então, agradecer a todos e a todas. Nós temos o Hino de Rondônia para encerrar. Gostaria de convidar todos para ficarem de pé, e desejar desde já que vocês tenham um bom retorno. Para encerrar, invocando a proteção de Deus, declaro encerrada mais esta Audiência Pública, em nome desta Casa, em nome do Deputado Fúria, agradecemos a cada um, e juntos cantemos... O grito de guerra da Alessandra.

A SRA. ALESSANDRA LUNAS - Só o grito de guerra. A gente está aqui bonito agora. Nossos companheiros já haviam ensaiado e eu acabei não lembrando, não é? A gente gritar junto aqui, antes do Hino. "A Providência é nossa, ninguém tira da roça!", "A Providência é nossa, ninguém tira da roça!". Quero ver o braço, gente, vamos lá, na luta! "A Providência é nossa, ninguém tira da roça!".

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - "A Providência é nossa, ninguém tira da roça!". Prontinho! Hino de Rondônia.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - O Dr. Júnior vai receber um certificado e a Dra. Lélia também vai receber um certificado, em nome de todos vocês. Agradecer

aqui a toda equipe da nossa Casa, a equipe da Assembleia Legislativa, os assessores, obrigado pelo apoio recebido. Muito obrigado.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 13h13min)

(Sem revisão dos oradores)